



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 049

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP		CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas.....	Plauto Miró
PT	Professor Luizão
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR.....	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 049

44ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 16

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 18

Dep. Rosane Ferreira 19

Dep. Professor Luizão 19

Dep. Ademar Traiano 20

Grande Expediente:

Dep. Fed. Luiz Carlos Hauly 22

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 28

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 29

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 30

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 32

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 33

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 34

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 35

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 37

Redação Final 38

2ª Discussão 39

1ª Discussão 43

Requerimentos 46

Encerramento da Sessão 46

Publicações:

Atas de Comissões

Assuntos Metropolitanos 47

Defesa do Consumidor 47

Constituição e Justiça 47

DIÁRIO Nº 049

44ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

12 DE MAIO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Pra-

czyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Artagão Júnior, Carlos Simões, Dr. Batista, Luiz Eduardo Cheida e Miltinho Pupio (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Cida Borghetti, Luiz Accorsi e Fábio Camargo (03).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 081/08

Curitiba, 12/05/08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 12/05/08 - por estar participando de inauguração da Escola Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva, no bairro Santa Felicidade - Curitiba, a partir das 15h, e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO Nº 033/08

Curitiba, 12/05/08.

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para reivindicar dessa Mesa Executiva, seja efetivamente controlada a frequência dos Srs. Parlamentares às Sessões Plenárias desta Casa de Lei, bem como sejam descontados de seus vencimentos os dias faltados.

Tal reivindicação justifica-se pela previsão do artigo 238, IV, do Regimento Interno desta Casa, na qual

a presença nas Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias é elencada como um dos deveres fundamentais dos Deputados.

No aguardo de providências, renovamos protestos de consideração.

(a) JOCELITO CANTO

Indicações

INDICAÇÃO Nº111/08

SÚMULA:

Criação da Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social aos portadores de necessidades especiais.

Ao Sr. Governador do Estado do Paraná:

1 - O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja criada a Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social aos portadores de necessidades especiais.

2 - Justifica-se tal indicação legislativa, pelo fato de que com a criação da referida Secretaria Especial inúmeras iniciativas, projetos, controle de políticas públicas de inclusão social aos portadores de necessidades especiais no estado do Paraná seriam realizadas e as dificuldades encontradas pelos portadores de necessidades especiais seriam minimizadas. Entre as finalidades da Secretaria Especial a ser criada, podemos citar:

I - formular a política estadual de inclusão social dos portadores de necessidades especiais;

II - acompanhar, avaliar e fomentar planos, projetos e programas voltados ao desenvolvimento social, educacional e ao lazer dos portadores de necessidades especiais;

III - planejar e colaborar com as demais Secretarias e órgãos do estado na implementação de políticas voltadas aos portadores de necessidades especiais;

IV - desenvolver estudos e pesquisas sobre os portadores de necessidades especiais;

V - promover e organizar seminários, cursos, congressos e fóruns, periodicamente, com o objetivo de discutir a política de inclusão social dos portadores de necessidades especiais e outros assuntos de interesse desse segmento, em parceria com entidades representativas, organizações não-governamentais e órgãos públicos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas esferas municipal, estadual e federal;

VI - estabelecer parcerias, mediante convênio, contrato ou acordo de cooperação, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, com vista a promover projetos de interesse dos portadores de necessidades especiais;

VII - fortalecer e apoiar as ações voltadas aos movimentos associativos de portadores de necessidades especiais;

VIII - garantir a participação dos portadores de necessidades especiais na elaboração das políticas públicas;

IX - planejar e adotar as providências necessárias para garantir o cumprimento da legislação pertinente aos direitos e deveres dos portadores de necessidades especiais;

X - reconhecer e valorizar os portadores de necessidades especiais como criadores de cultura, apoiando o desenvolvimento de suas habilidades e capacidade de criação e expressão crítica;

XI - incentivar o desenvolvimento de programas estaduais voltados para portadores de necessidades especiais, visando ao desenvolvimento pessoal e social que lhes permitam inserir-se na vida social por meio de atividades econômicas, culturais e de lazer;

XII - estimular políticas destinadas a eliminar o preconceito que dificulta a integração social dos portadores de necessidades especiais;

XIII - propor a adoção de legislação específica, que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente:

O objetivo deste, é SOLICITAR à presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a instalação de Sessão Solene, em comemoração aos 51 anos da Revolução dos Posseiros.

A Sessão de que trata o presente requerimento, deverá ser realizada no mês de outubro do corrente ano, em Francisco Beltrão, já que aquela cidade foi a sede da Revolução “Levante do Sudoeste”.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) ADEMAR TRAIANO
ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada uma Audiência Pública no dia 27 de maio, às 10h no plenarinho, para debate referente ao projeto de lei que trata da isenção do pagamento de taxas do eixo suspenso dos caminhões nas praças pedagizadas e o projeto de lei que trata do monitoramento de veículos nas praças de pedágio, em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL
PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 186/08, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente da República, moção de apoio à indicação do Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) NEY LEPREVOST
ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Tal moção se deve ao fato da inclusão em lista a ser encaminhada para a decisão do Exmo. Sr. Presidente da República, do nome do competentíssimo Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa, ilustre jurista de nosso estado, que certamente abrilhantar os quadros do Superior Tribunal de Justiça com sua competência e senso de justiça.

REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 155/08, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, até o dia 26/05/08.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em dia 03 de maio do corrente ano, do Sr. Genésio Gabriel Gava.

O Sr. Genésio Gabriel Gava, conhecido como Tito Gava, nasceu no dia 14/04/19, em Curitiba, no bairro Pilarzinho. Filho de Bortholo Gava e Margarida de Conto Gava. Começou muito cedo a trabalhar com seu pai nas empresas da família, atuando nos setores de construção de estradas, pedreira, serrarias, olarias e agricultura. Devido o falecimento do Sr. Bortholo, assumiu a presidência do grupo econômico. No ramo da construção civil, prestou grandes serviços ao estado e aos paranaenses, abrindo e construindo diversas das estradas que interligam dezenas de municípios do Paraná.

Casado há 67 anos com a Sra. Amanda Kintopp Gava, com quem teve três filhos: Rosicler Gava Plois,

Zoedir Gava Piccinelli e Emerson Gava. Estes três filhos lhe concederam sete netos: Fabiano, Cassiana, Giuliano, Giovani, Luciana, Rafael e Gianna. Dos netos vieram as quatro bisnetas: Flávia, Mariana, Sarah e Mariah. Homem religioso que tinha em Nossa Senhora Aparecida o seu amparo, a quem sempre recorria em suas dificuldades físicas e espirituais, e, fazia questão de dizer que Ela sempre o atendia. Conheceu e aplicou em sua vida o dom da caridade.

Apaixonado pela natureza, com quem brincava como criança e a preservava como herança de gerações, deixou-nos como legado desta sua vocação que se traduz pela beleza incomparável do Parque do Saltinho, localizado no município de Tijucas do Sul, com o qual exemplificou o seu amor e seu agradecimento à natureza, e que orgulhosamente chamava Catedral da Amizade.

Recebeu várias homenagens, comendas e outros, no decorrer de seus 89 anos. Como rotariano que era recebeu os títulos de: Rotariano Honorário, Rotariano Benemérito e Rotariano Paul Harrys.

Como homem público recebeu os títulos de: Cidadão Honorário de Tijucas do Sul, Cidadão Benemérito do Paraná, Voto de Louvor da Câmara Municipal de Curitiba, Pai do Ano e Rei da Natureza pelo Rotary Club, Padrinho dos Deficientes Físicos de São José dos Pinhais e muitos outros aqui não enumerados.

Prestou grande colaboração aos municípios de Curitiba e Tijucas do Sul, com seu conhecimento, convívio e participação. Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixando muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme de Souza Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alceu Dias Gonçalves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Kauã Borges Paulino, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Bregenski Pawlka, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Joana Fernandes Teixeira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Sely Antunes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Altair José Iankoski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Zeli de Mello, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Joana Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sonia Maria da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Cação Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Neuzeires Olegário, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Holler, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jefferson Palhano, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marlene dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nadia Paulovinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Anita dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ormina Nazarette Moreira, ocorrido no último dia 02 de maio.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao viúvo, Sr. Anísio Antonio Moreira.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Ormina Nazarette Moreira os nossos mais profundos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 02/05/08, que deixa eternas saudades.

Pertencente a uma família pioneira e tradicional em Mamborê a Sra. Ormina Nazarette Moreira deixa o viúvo e filhos. Desta forma pretendemos apresentar nossas condolências neste momento tão triste.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do professor Masanori Fukushima, professor aposentado da Universidade Takushoku do Japão com 76 anos de idade, no último dia 06 de maio, na cidade de Curitiba.

Masanori Fukushima, deixa viúva a Cristina Fukushima, professora universitária e os filhos Naotake Fukushima, professor da UFPR, e Kando Fikushima. Deixa ainda dois netos, Kenzo e Diogo.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Tereza Canhadas Bertan, município de Londrina.

Fundada no ano de 2001, é dirigida pela respeitada professora Eugênia Rodrigues Miranda da Silva, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Eugênia Rodrigues Miranda da Silva, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Zumbi dos Palmares - CAIC "Dolly Jess Torresin", município de Londrina.

Fundada em 11/11/96, é dirigida pelo respeitado professor José Litieri Gomes da Silva, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários

bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor José Litieri Gomes da Silva, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Sonia Parreira Debei, município de Londrina.

Fundada em 12/02/96, é dirigida pela respeitada professora Girlene Inácio Noveli, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Girlene Inácio Noveli, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Santos Dumont, município de Londrina.

Fundada em 03/07/45, é dirigida pela respeitada professora Ceila de Camargo Valle, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Ceila de Camargo Valle, com votos de permanente

sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Sueley Ideriha, município de Londrina.

Fundada no ano de 1968, é dirigida pelo respeitado professor Adão Valdir Marcondes, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Adão Valdir Marcondes, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti, município de Londrina.

Fundada em outubro de 1973, é dirigida pelo respeitado professor Joel da Silva Ribeiro, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Joel da Silva Ribeiro, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência

do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal San Izidoro, município de Londrina.

Fundada em 11/08/95, é dirigida pelo respeitado professor Titol Shimazaki, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Titol Shimazaki, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Salim Aboriham, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pela respeitada professora Margarida Tomassetti Medeiros, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Margarida Tomassetti Medeiros, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Osvaldo Cruz, município de Londrina.

Fundada em 1948, é dirigida pela respeitada professora Cassia Vieira Carraro, contando com 31 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos.

Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Cassia Carraro, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Pedro Vergara Correa, município de Londrina.

Fundada em 13/02/89, é dirigida pela respeitada professora Luiza de Fatima Cazzaro Tonassi, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Luiza de Fatima Cazzaro Tonassi, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Ruth Ferreira de Souza, município de Londrina.

Fundada em 2001, é dirigida pela respeitada professora Marilu Joanita Ruthes Maggiolo, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Marilu Joanita Ruthes Maggiolo, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professor Odésio Franciscan, município de Londrina.

Fundada em 12/02/93, é dirigida pela respeitada professora Vera Lúcia Bazzo, contando com 24 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Vera Lúcia Bazzo, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Norman Prochet, município de Londrina.

Fundada em 1968, é dirigida pela respeitada professora Silvia Regina de Souza Facco, e supervisionada pela eminente professora Idehide Aparecida Ribeiro contando com 24 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Silvia Regina de Souza Facco, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Maria Carmelita Vilela Magalhães, município de Londrina.

Fundada em março de 1971, é dirigida pela respeitada professora Lucia Solange Bueno, contando com 20 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Lucia Solange Bueno, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Melvin Jones, município de Londrina.

Fundada em 1970, é dirigida pela respeitada professora Telma Andrade de Carvalho Pitta, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Telma Andrade de Carvalho Pitta, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Maria Shirley Barnabé Lyra, município de Londrina.

Fundada em 01/05/99, é dirigida pela respeitada professora Ticiane Barbosa Stulzer, e supervisionada pela eminente professora Silvia Aparecida Gerino, contando com 23 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Ticiane Barbosa Stulzer, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professora Maria Tereza Meleiro Amancio, município de Londrina.

Fundada em 04/08/05, é dirigida pela respeitada professora Luzia Gilles Dias, contando com 27 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Luzia Gilles Dias, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Vitorio Libardi, município de Londrina.

A escola é dirigida pelo respeitado professor Jadir Reis de Mattos, e supervisionada pelo eminente professor Zairo dos Santos, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Jadir Reis de Mattos, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Maria José Carneiro, município de Londrina.

Fundada em fevereiro de 1981, é dirigida pela respeitada professora Débora Cristina Costa Posseti, contando com 21 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Débora Cristina Costa Posseti, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professora Mari Carrera Bueno Caica “José Joffily”, município de Londrina.

Fundada em 10/02/92, é dirigida pelo respeitado professor Wilson Romano de Paula, auxiliado pela eminente professora Márcia Eliane da Silva Fernandes da Cruz, contando com 32 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Wilson Romano de Paula, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professora Maria Irene Vicentini Theodoro, município de Londrina.

Fundada em setembro de 1990, é dirigida pela respeitada professora Maria Helena Ramos Fernandes, contando com 30 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Helena Ramos Fernandes, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Luiz Marques Castelo, município de Londrina.

Fundada em 06/01/86, é dirigida pelo respeitado professor Rogério Gil Kostascki, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Rogério Gil Kostascki, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Nina Gardemann, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pela respeitada professora Tereza Cristina Canhadas Gengivir Furlanetto, auxiliada pela professora Márcia Cristina Conceição Banholi, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Tereza Cristina Canhadas Gengivir Furlanetto, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Neman Sahyn, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pela respeitada professora Wandreia Souza Gomes Oliveira, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Wandreia Souza Gomes Oliveira, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Ruth Lemos, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pela respeitada professora Ivanete da Silva Teixeira, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Ivanete da Silva Teixeira, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Noêmia Alaver Garcia Malanga, município de Londrina.

Fundada em 26/02/96, é dirigida pela respeitada professora Luzia dos Santos Catarino, contando com 44 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Luzia dos Santos Catarino, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Nara Manela, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pela respeitada professora Lueli Silvana Takeuchi, auxiliada pela professora Eliane P. de Goes Arruda e supervisionada pela eminente professora Mafalda Doracy O. Souza. A escola conta com 34 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Lueli Silvana Takeuchi, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconheci-

mento público à Escola Municipal Nair Auzi Cord, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pela respeitada professora Eleucinéia Alicio de Lima, contando com 27 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Eleucinéia Alicio de Lima, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Machado de Assis e à Escola Estadual Corina Monovan, município de Londrina.

As escolas são dirigidas pela respeitada professora Flora Teiko Yuhara Zucolli, e supervisionada pelo eminente professor Leonel Maffi dos Santos, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Flora Teiko Yuhara Zucolli, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professor Moacyr Teixeira, município de Londrina.

Fundada em fevereiro de 1984, é dirigida pela respeitada professora Maria Izabel Assumpção Perine, contando com 45 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e

amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Izabel Assumpção Perine, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Miguel Bepalhok, município de Londrina.

Fundada em fevereiro de 1987, é dirigida pela respeitada professora Raquel Carvalho, contando com 40 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Raquel Carvalho, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Mercedes Martins Madureira, município de Londrina.

Fundada em 01/08/67, é dirigida pela respeitada professora Teresa Cristina Pareja Marques, e supervisionada pela eminente professora Maria Tereza Carli Loures, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Teresa Cristina Pareja Marques, com votos de perma-

nente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professor Juliano Stinghen, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pela respeitada professora Márcia Valéria Schmitt, supervisionada pela eminente professora Aparecida do Carmo Ribeiro Fávero, contando com 29 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Márcia Valéria Schmitt, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Leonor Maestri de Held, município de Londrina.

Fundada em 1970, é dirigida pela respeitada professora Maria Luiza Galdeano Massaro, contando com 28 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Luiza Galdeano Massaro, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Mábio Gonçalves Palhano, município de Londrina.

Fundada em 1970, é dirigida pela respeitada professora Márcia Valéria Murari Ferraz da Silva, e supervisionada pela eminente professora Denise Macedo Reis Guilherme, contando com 32 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Márcia Valéria Murari Ferraz da Silva, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Maria Cândida Peixoto Salles, município de Londrina.

Fundada em 05/10/98, é dirigida pela respeitada professora Viviane Barbosa Perez Gonçalves, contando com 27 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Viviane Barbosa Perez Gonçalves, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações e louvor ao Sr. José Ferrarini, Presi-

dente da Associação Anníbale Ferrarini Centro Cultural Brasil-Itália.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que José Ferrarini, Presidente da Associação Anníbale Ferrarini Centro Cultural Brasil-Itália vem fazendo, através deste centro, o resgate da cidadania. Mais de 200 jovens se utilizam da biblioteca composta por 7000 (sete mil) volumes em língua italiana. Livros estes, adquiridos através do consulado italiano para abastecer os conhecimentos dos jovens e adolescentes, e também associações interligadas e congêneres como as Associações Dante Alighieri, Giuseppe Garibaldi, Circulo Vicentini Nelmondo e Circulo Trentino. Ferrarini tem contribuído em muito para aqueles que o procuram para a dupla cidadania, através da ligação direta que possui com o Governo italiano, sentindo-se assegurado com o bom trabalho do intercâmbio sócio-cultural e político deste país de língua latina.

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Maringá, Exmo. Sr. Sílvio Magalhães Barros II, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Exmo. Sr. João Alves Correa, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração dos 61 anos do município de Maringá.

Maringá foi fundada no dia 10/05/47, como Distrito de Mandaguari, e foi elevada à categoria de município dois anos depois.

Nessas quase seis décadas de existência a cidade cresceu, prosperou e está mudando o seu perfil econômico. De uma região agrícola, Maringá se tornou uma cidade com economia diversificada.

Maringá é uma cidade pólo prestadora de serviços de toda a região.

A região metropolitana de Maringá é importante pólo de atração de investimentos no norte do Paraná e hoje Maringá comemora seus 61 anos de idade, pujante, com sua gente boa e trabalhadora.

A população ainda conserva o espírito de pioneirismo e muitos pioneiros ainda vivem em Maringá.

Vários investimentos estão sendo feito como: Vila Olímpica, recuperação do Santa Felicidade, rebaixamento da linha férrea, nos projetos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para reestruturação do sistema aviário, contorno norte, tudo isso mostra que Maringá segue rumo ao futuro.

Ao chegar aos 61 anos, Maringá é uma cidade, que vive o presente e se prepara para o amanhã.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à pugilista Rosilete dos Santos.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Rosilete dos Santos, iniciou suas atividades como pugilista há mais de 7 anos, onde vem se dedicando constantemente, esposa do também pugilista Macaris do Livramento, e mãe da pequena Nicolý.

Rosilete é a primeira mulher do Brasil a disputar um título Mundial de Box em terra estrangeira, o embate aconteceu em 08/05/08, contra a bielorrussa Alécia Graf.

A estréia dela nos ringues foi em maio de 2001, tornando-se a primeira paranaense a competir no boxe. Foram 16 lutas como amadora e 14 vitórias. Em 2003, se profissionalizou e, até hoje, fez 13 lutas - dez vitórias e três derrotas. Em janeiro de 2006, enfrentou a morte do pai e, dias depois, quase perdeu Macaris, que sofreu um infarto e por pouco não morreu. Naquele mesmo mês, nasceu Nicolý, que teve o privilégio de conhecer Munique na Alemanha, local da disputa do título Mundial de Box, junto com a mãe boxeadora e o pai treinador.

REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao CONSESP - Conselho de Entidades Sociais do Paraná, na pessoa de sua Presidente Sra. Rute Maria Goedert Yamasaki.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Atualmente no CONSESP estão filiadas 127 entidades sociais, somando mais de 1.500 voluntários. Seus projetos e programas são estruturados junto às entidades em várias áreas de ação, são elas:

Crianças de zero a seis e, de 7 a 12 anos, adolescentes e jovens de 13 a 18 anos, idosos, deficientes, doentes e famílias carentes, com abrangência em diversos bairros de Curitiba e municípios da região metropolitana.

É realizado o desenvolvimento para os voluntários das entidades com o Projeto de Geração de Rendas (os quais aprimoram o saber e multiplica o aprendizado), igualmente são ministrados cursos, palestras, encontros de voluntários, eventos, bazares, manual do voluntário, informativos e repasse de donativos.

Na semana do Voluntariado Paranaense - de 24 a 30 de setembro instituído pela Lei nº 9315, ocorre o conagraçamento dos voluntários, com entrega do prêmio CONSESP, ao voluntário do ano e o troféu à entidade social do ano.

Desde o dia 15/03/88, data da fundação do CON-SESP, a união das entidades, principal objetivo, foi traçado e desde então colocado em prática.

O ideal e missão para o presente é a construção do Memorial do Volutariado Paranaense e Sede Própria do CONSESP, para isso já foi obtido o apoio e colaboração de muitos parceiros e colaboradores, porém necessitamos de mais recursos para darmos prosseguimento e iniciarmos a obra de construção.

REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Comunidade Israelita do Paraná.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Comunidade Israelita do Paraná, através de seu Presidente, Sr. Isac Baril, por ocasião das comemorações dos 60 anos do estado de Israel.

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Ney Gusso.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ney Gusso, por ocasião do lançamento do livro Xequê Mate - A Grande Virada.

A obra deste autor refere-se às relações interpessoais, ajudando as pessoas resolverem suas dificuldades de comunicação, influência no trabalho, na família, com os problemas do dia-a-dia e na construção de novas amizades.

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Clube Danúbio.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Clube Danúbio, pelos 104 anos de fundação.

O tradicional clube fica localizado no bairro de Santa felicidade, promovendo a cultura e o entretenimento.

Destacamos a dedicação dos administradores, Sra. Eliane e Sr. Jair Franzoi.

REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER,

ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Bergui Martin, no sentido de viabilizar recursos financeiros no sentido de construir, instalar e equipar no município de Mariluz, Centro de Saúde da Mulher e da Criança, para atender principalmente, comunidade carente do referido município.

Requer outrossim, que seja dada ciência à Sra. Ivone Percin, Vereadora da Câmara Municipal de Mariluz/PR.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Diretor-Presidente do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, Dr. Vitor Hugo Burko, que seja enviado a este gabinete a relação dos pedidos que estão aguardando liberação das licenças ambientais das PCH's - Pequenas Centrais Hidrelétricas no Estado do Paraná, constando de nome do potencial, localizado, coordenadas geográficas, energia a ser gerada, valor do investimento, número de empregos a serem gerados, nome e endereço completo do empreendedor.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Acompanhar principalmente, os recursos a serem investidos e os empregos a serem gerados em benefício do estado do Paraná.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 193/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a COO-APARIVER - Cooperativa dos Aparistas de Cascavel e Região, com sede na cidade de Cascavel, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Segundo seu estatuto, a COOAPARIVER - Cooperativa dos Aparistas de Cascavel e Região é entidade civil, tendo como finalidade a defesa dos interesses econômicos e sociais de caráter comum entre seus cooperados.

Para atingir seus objetivos sociais prevê promoção de compra e coleta de lixos, sucatas de aço, vidros, plásti-

cos, derivados de petróleo, resíduos industriais, comerciais e residenciais; estímulo ao espírito cooperativista entre seus associados; manutenção de serviços assistenciais, inclusive através de convênios e/ou parcerias com organismos públicos, filantrópicos e particulares; promoção de seminários, pesquisas, cursos e debates; entre outros.

PROJETO DE LEI Nº 194/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial, com sede e foro no município de Umuarama, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo assistir, promover e resgatar o exercício pleno da cidadania e da dignidade das famílias do Parque Industrial e do Jardim Arco-Íris.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 195/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação Viva com Deus - CREVD, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Recuperação Viva com Deus - CREVD, com sede e foro no município de Umuarama, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo atender pessoas dependentes químicos pelo uso indevido de álcool e outras drogas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 196/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Colégio Estadual Vila Osternack, situado

na cidade de Curitiba, passará a se chamar Colégio Estadual Profeta Elias.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Vila Osternack ostenta, atualmente, uma das mais altas taxas de criminalidade no município de Curitiba, constituindo uma das regiões mais violentas dentro da capital do estado do Paraná.

A comunidade do Bairro Novo, ao contrário, é conhecida por ser área pacífica, conquanto abrigue famílias de poder aquisitivo limitado. Também se destaca por ter comunidade cristã fervorosa e atuante, que realiza importantes trabalhos de voluntariado com a comunidade carente.

Ocorre que se está ultimando a construção no Bairro Novo de Colégio Estadual denominado Colégio Estadual Vila Osternack, embora essa escola esteja localizada geograficamente no Bairro Novo.

Esse fato mobilizou a comunidade do Bairro Novo, que não deseja ver sua imagem associada a colégio que ostentará o nome do bairro vizinho. Realizou-se abaixo assinado, que teve mais de mil signatários, no sentido de se indicar um novo nome para o colégio, optando-se pelo nome ecumênico de Colégio Estadual Profeta Elias, nome utilizado em todos os credos cristãos e denominações religiosas.

Anexa, está biografia resumida da história do Profeta Elias, a demonstrar que o seu agir, diante da realidade do seu tempo, o transformou em figura exemplar, cuja reação que diante dos dilemas e dificuldades de seu tempo nos “aponta um horizonte seguro e transparente a ser buscado”, segundo as sábias palavras do Frei Gentil Lima, pároco do Bairro Novo.

Profeta Elias (1º Reis 17-19)

Elias é um dos maiores profetas de ação (para distinguir dos profetas escritores como Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel), e a sua missão foi a de conclamar o povo à fidelidade ao único Deus verdadeiro, sem se deixar influenciar pelo culto da idolatria e da licenciosidade de Canaã. Elias, cujo nome significa o meu Deus, é Javé, nasceu pelos fins do Século XX a.C. e desenvolveu grande parte da sua missão sob o reinado do fraco Acab (873-854), dócil instrumento nas mãos da briguenta esposa Jesabel de origem fenícia que tinha primeiro favorecido e depois imposto o culto a Baal. Quando parecia que o monoteísmo estava sufocado e a maioria do povo havia abraçado a idolatria, Elias se apresentou diante do rei Acab, para comunicar-lhe como castigo, três anos de seca. Sobrevindo flagelo sobre a Palestina, Elias voltou ao rei e para demonstrar a inanidade dos ídolos o lançou um desafio sobre o monte Carmelo contra os 400 profetas de Baal. Quando só sobre o altar erguido por Elias acen-

deu-se prodigiosamente a labareda e a água desceu pondo fim a seca, o povo explodindo de alegria derrotou os sacerdotes idólatras. Elias acreditou que houvesse chegado a hora de Javé e por isso tanto mais dolorosa e incompreensível lhe pareceu a necessidade de ter de fugir para escapar da enfurecida Jezabel.

Perseguido no deserto como um animal de caça, o enérgico e intransigente profeta pareceu ter um instante de indecisão, por causa do desconforto. O seu trabalho, sua própria vida apareceram-lhe inúteis e pediu a Deus que rompesse o fio que ainda o tinha atado a terra. Mas um anjo o confortou trazendo-lhe um pão e uma vasilha de água; depois Deus mesmo lhe apareceu resistindo-lhe a indomável coragem de um tempo. Elias compreendeu que Deus não propicia o triunfo do bem com gesto espetaculares, mas age com longanimidade e paciência, pois é Eterno e domina o tempo.

O bravo profeta que vestia um manto de pele sobre um grosseiro avental, amarrado na cintura como oito séculos mais tarde vestiu o precursor de Cristo, de quem é figura, voltou com renovado zelo para o meio do povo de Deus, mas não assistiu ao pleno triunfo de Javé. A obra de reedificação espiritual, tão trabalhosa e iniciada, foi levada a frente com total sucesso pelo seu discípulo Elizeu, ao qual comunicou a vocação divina enquanto este se encontrava no campo atrás do arado, jogando-lhe nas costas seu manto. Eliseu foi também a única testemunha do misterioso arrebatamento de Elias, acontecido pelo ano 850 a.C, sobre um carro de fogo.

Este é um breve resumo do personagem bíblico Elias. Pelo seu agir diante da realidade do seu tempo ele é para nós hoje na área da Educação uma figura protótipa desafiando os dilemas de hoje. Aponta um horizonte seguro e transparente a ser buscado.

Frei Gentil Lima -O.Carm

PROJETO DE LEI Nº 197/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS
MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de

vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na última quarta-feira trouxe a esta tribuna uma denúncia em relação à situação econômica da COHAPAR do nosso estado. Confesso, Sr. Presidente Nelson Justus, jamais imaginava que a repercussão fosse tão grande como a imprensa, e não só a imprensa, os próprios empresários têm dado na questão da COHAPAR do nosso estado. E é mais grave ainda, Sr. Presidente, e por essa razão, Deputado Antonio Belinati, que uso a tribuna de novo. Disse que a COHAPAR atravessava uma situação econômica muito difícil, que tinha 56 projetos assinados com a Caixa Econômica Federal e que o Governo do Estado, através da COHAPAR, não estava iniciando esses conjuntos residenciais por falta de recursos financeiros. Eu disse naquela ocasião que há mais de seis meses havia empresas sem receber os seus créditos.

Agora, Srs. Deputados, quando disse que é muito mais grave, como funciona a situação? A COHAPAR faz convênio com a Associação de Moradores. A associação que constrói esse conjunto compra o material de construção. Até para evitar que as empresas ou as associações recebam represálias, mas tenho comigo aqui títulos de protestos. As Associações de Moradores, ou seja, os futuros mutuários estão sendo protestados e têm confiança judicial em relação ao material empregado para a construção dessas casas e que não receberam os seus créditos.

Ora, ninguém quer ser protestado. Se o protesto fosse contra a COHAPAR, porque é quem repassa os recursos, seria até aceitável, porque é por culpa da COHAPAR. Agora, não. O protesto é contra a Associação dos Moradores. Isso é muito mais grave ainda. Além daqueles futuros moradores dos conjuntos, eles não têm nem a casa própria. Não tendo a casa própria, a sua ocasião é protestada e cobrada judicialmente por falta de pagamento de material que as empresas forneceram.

As ligações, os telefonemas, os contatos que a minha assessoria e eu, particularmente, tenho recebido, são inúmeros. Eu via que a COHAPAR, no mesmo dia que fiz a denúncia, na quarta-feira, emitiu uma nota dizendo que os recursos já estariam disponíveis e que no mês de maio iriam saldar esses compromissos.

Mas o que eu quero trazer para cá, Deputado Romanelli, Líder do Governo, o senhor que foi Presidente da COHAPAR, é exatamente, o protesto não é contra a COHAPAR, a cobrança judicial é contra os futuros moradores, ou seja, contra a Associação.

Era isto que eu queria trazer nesta tribuna na Sessão de hoje, para que fizéssemos uma reflexão profunda. Quero acreditar que o Governador Roberto Requião não estava sabendo disto, até semana passada acredito que ele não estava sabendo, porque se ele tivesse conhecimento eu tenho certeza que ele teria repassado os recursos para a COHAPAR.

Então, continua aquela indagação: ou o Governo quer fritar de vez o Rafael Greca na COHAPAR, ou a COHAPAR está brincando de construir casas no estado do Paraná com as pessoas menos favorecidas pela própria sorte.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, demais Deputados, Deputada Beti Pavin, desde 1938, de 12 a 20 de maio, comemora-se a Semana Nacional de Enfermagem, a Semana Brasileira de Enfermagem.

Por que de 12 a 20 de maio, Deputada Beti? Doze de maio nasceu Florence Nightingale, precursora da Enfermagem. Vinte de maio morreu Ana Néri, a primeira enfermeira brasileira.

É por isso que consagramos a semana de 12 a 20 a comemorar essa categoria profissional.

Homenagens mais do que merecidas devem ser prestadas aos profissionais que são comprometidos com o bem-estar do ser humano. Só no Paraná somos mais de 10 mil e 500 enfermeiros, Deputado Luiz Carlos Martins, e cerca de 40 mil profissionais da Enfermagem, como técnicos e auxiliares da categoria. Então, somos mais de 50 mil e 500 profissionais cuidando e fazendo Saúde neste estado.

Com frequência os profissionais de Enfermagem são submetidos a situações adversas ao seu bom desempenho, nomeadamente, situações geradoras de stress, mas condições de trabalho, carência de recursos, situações sociais dos pacientes, entre outras, mas mesmo assim, como muito esforço, os enfermeiros esgotam os recursos disponíveis no sentido de obter a satisfação das necessidades e a segurança dos pacientes, sendo esta a sua missão fundamental.

Os profissionais de Enfermagem sempre participaram e participam de inúmeras lutas travadas pela população no aprimoramento das políticas públicas que garantam cidadania e a consolidação do Sistema Único de Saúde.

A Semana Brasileira de Enfermagem é a reafirmação e a consagração da importância destes profissionais e de suas entidades de classe.

Os valorosos profissionais da Enfermagem, no dia-a-dia de sua atuação, confirmam o seu compromisso ético, político e técnico na defesa das políticas públicas inseridas no texto constitucional, onde é assegurado o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde e, fundamentalmente, a assistência de Enfermagem.

Neste momento, lá na Câmara Municipal de Curitiba, está sendo feita solenidade de abertura da 69ª Semana de Enfermagem.

Eu não preciso falar para vocês que formamos mais de 70% da mão-de-obra disponível dentro do Sistema Único de Saúde, somos responsáveis por diversas atividades, estamos por trás de quase todos os atos ditos médicos, quase todos. Vacinação não aconteceria sem o trabalho da Enfermagem, as campanhas de vacinação, a preparação de pacientes para exames complementares não aconteceria, a coleta de sangue e outras poderia ficar citando muitas outras atividades, temos papel fundamental na seguridade das políticas públicas para a saúde da mulher, coletamos preventivos, realizamos exames de mama, discutimos com as mulheres planejamento familiar, discutimos com as mulheres uma série de outras questões que fazem o dia-a-dia da sociedade paranaense.

Por essas e outras razões que eu não poderia deixar de lembrar a todos vocês e principalmente parabenizar a esses mais de 50 mil profissionais que fazem a Enfermagem paranaense.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

Me inscrevi para relatar que hoje pela manhã realizamos aqui neste plenário uma Audiência Pública para discutir os 15 anos da privatização da Ultrafértil e a monopolização do setor de fertilizantes no Brasil pelas empresas multinacionais.

Quero agradecer a presença de V. Exa. que esteve na abertura dos trabalhos e diversos outros Deputados, o trabalho foi comandado pelo Deputado Pedro Ivo que é Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, com a participação de diversos Deputados que estiveram presentes e claro, os interessados no assunto lotaram as galerias.

O assunto é bastante preocupante, porque no momento que estamos discutindo a elevação do preço dos alimentos temos que considerar que o insumo é importante na composição do preço dos alimentos são os fertilizantes e o Brasil, sendo um dos maiores produtores de

alimentos do mundo, precisa de muitos fertilizantes, tanto é que o Brasil é o 4º consumidor de fertilizantes no mundo, só perde para a China, para a Índia e para os Estados Unidos, é o 4º consumidor de fertilizantes, no entanto nós importamos 70% dos fertilizantes utilizados nas nossas lavouras e dos 28% que o Brasil produz ele ainda importa 60% da matéria-prima. Então, se for considerar matéria-prima para o que nós produzimos aqui, importamos 80% dos fertilizantes que utilizamos nas lavouras brasileiras.

Claro que no Brasil, após a privatização da Ultrafertil, que era subsidiária da PETROBRAS que produzia fertilizantes e favorecia principalmente os pequenos e médios produtores, que podiam inclusive comprar na porta da fábrica o fertilizante que utilizavam. Hoje infelizmente isso já não é mais possível, porque a fábrica só vende a quantidade mínima de 27 toneladas, claro que dificultando muito a vida do pequeno agricultor.

Outro dado interessante: no Brasil existem oito fábricas de fertilizantes, só que seis são controladas pela multinacional Bunge, que controla também junto com outras duas grandes empresas, o setor de fertilizantes do mundo. Só para ter uma idéia, essa Bunge faturou no ano de 2006, R\$ 18 milhões e no ano de 2007 o lucro da Bunge aumentou em 93%. É claro que em cima dos produtos brasileiros, em cima dos nossos produtos que são consumidos aqui no Brasil, mas que são vendidos lá fora. Claro que se o fertilizante é mais caro, a competitividade dos nossos produtos lá no exterior é menor. Por quê? Porque, principalmente, a soja que necessita de muitos fertilizantes, o preço da soja no exterior vai estar mais alto, vai diminuir a nossa competição dos outros países que também produzem a soja.

Infelizmente, estamos nas mãos dos grandes oligopólios que controlam hoje os preços dos alimentos, que controlam as jazidas de matéria-prima, então algumas empresas controlam o setor de fertilizantes no mundo.

Essas informações levantadas já pelo Sindiquímica, dos funcionários da Ultrafertil e levantadas na Audiência de hoje, vão embasar propostas, que hoje já saíram algumas propostas. Uma delas é que a PETROBRAS faça um estudo de viabilidade para novamente passar a produzir fertilizantes e poder ter uma alternativa para os produtores agrícolas do Brasil, os pequenos, os médios e também o grande produtor, que está na mão dos grandes oligopólios que produzem e controlam os fertilizantes no Brasil e no mundo.

Acredito que a partir dessa Audiência Pública muitas sugestões levantadas serão encaminhadas para o Congresso Nacional, já que tínhamos aqui três Deputados Federais acompanhando a nossa Audiência também, e espero que consigamos alternativas para melhorar o fornecimento de fertilizantes para os produtores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos vivendo hoje, nesta Casa, eventos importantes pela manhã, dois eventos aconteceram aqui. Uma Audiência Pública para tratar da questão dos fertilizantes, outra reunião reunindo todos os Deputados Federais, praticamente, do estado do Paraná, o que prova a capacidade e a eficiência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no sentido de trabalhar na defesa do interesse deste estado. O que muitas vezes é pouco reconhecida, lamentavelmente, até pelos próprios veículos de comunicação, que preferem usar ou utilizar-se de alguns argumentos tão pequenos e esquecem-se de trabalhar no sentido daqueles temas que são palpitantes e que esta Casa assume a responsabilidade de encaminhar em defesa dos paranaenses.

Pois isso, quero cumprimentar o Presidente da Casa e os Deputados que tomaram a iniciativa desses dois eventos hoje pela manhã. Aqui está um dos grandes Líderes do estado do Paraná, o Deputado Luiz Carlos Hauy, que haverá fazer uma explanação nesta tarde, nesta Casa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero usar desta tribuna para fazer um convite aos Srs. Deputados para prestigiarem a Mostra da Revolução de 57, do sudoeste do Paraná, que teve como origem o grande levante na cidade de Francisco Beltrão. Cidade onde eu nasci, onde meus pais ajudaram a escrever a história daquela cidade, da região sudoeste do Paraná, porque chegaram em Francisco Beltrão em 1948 e em 1957 acabou deflagrando a revolta dos posseiros em defesa dos interesses dos agricultores da região sudoeste do Paraná. Fato esse marcante no contexto nacional e que tem histórias brilhantes no sentido de mostrar aos brasileiros o quanto é possível fazer uma reforma agrária quando os interesses de uma região prevalecem e os agricultores se organizam.

Sr. Presidente, tenho assistido, tenho participado e vi muitos eventos dessa natureza. Participei na cidade de Pato Branco, por iniciativa do Deputado Zucchi, de uma festividade dos 50 anos da revolução dos posseiros e entro no dia de hoje, em companhia do Deputado Anibelli, com um requerimento propondo para que a Assembleia Legislativa do Estado possa também estar presente em Francisco Beltrão no mês de outubro, em data a ser estabelecida, para promovermos um grande evento e marcarmos os 51 anos da Revolução dos Posseiros na cidade de Francisco Beltrão, porque lá, na verdade, foi o começo de toda a Revolução dos Posseiros.

Lamento, Srs. Deputados, até com um tom de indignação. Tenho uma história muito forte com o sudoeste do Paraná. Nasci em Francisco Beltrão, e lamentavelmente, em todos os eventos dessa natureza, não tenho tido a oportunidade de manifestar e expressar o meu sentimento com relação àquilo que eu vivenciei, tinha apenas quatro anos de idade.

Tenho, Deputado Rossoni, registrado em minha memória muito vivos todos os eventos que aconteceram, na Revolução de 57.

Uso a tribuna para dizer isso. Sr. Presidente, quero manifestar aqui, conversando com o Deputado Anibelli que é, com certeza, uma história viva, o seu pai é o autor do projeto da criação do município de Francisco Beltrão, de Capanema, de Santo Antonio do Sudoeste e de Barração. Portanto, em nenhum momento vejo a presença do próprio Parlamentar participando efetivamente. Lamentavelmente, percebo que há uma politização desse movimento.

Por isso, proponho aqui a iniciativa de fazermos em Francisco Beltrão um grande evento.

V. Exa. teve a grandeza de ceder um espaço, não quero criticar ninguém, a amostra realmente é a memória viva daquilo que ocorreu em Francisco Beltrão, mas demonstro aqui a minha indignação, sim, porque nasci em Francisco Beltrão e infelizmente, em eventos dessa natureza, me parece, que traça um caminho onde as pessoas que tem a sua marca, a sua história, não têm a oportunidade de fazer um relato daquilo que vivenciou.

Muito obrigado!

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Pela Ordem**)

Apenas para justificar e deixar registrado nos Anais desta Casa a minha ausência, hoje, na Audiência Pública que relatou o Deputado Professor Luizão com relação os altos preços dos fertilizantes, um assunto que acho de suma importância para o estado do Paraná. Conhecemos a luta dos agricultores, principalmente do pequeno agricultor. Eu estava ausente, porque ao mesmo tempo eu estava com o senhor na outra Audiência Pública, onde discutíamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde está Casa recebia a Senadora Serys Slhessarenko - Senadora do PT de Mato Grosso e que hoje é Relatora da LDO e também o Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho, do PMDB do Rio Grande do Sul - Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Não poderíamos estar em dois eventos ao mesmo tempo e optamos pelo segundo, por sermos conhecedores que somos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente justificada e aproveito esta oportunidade, Deputada, levantada pelo Deputado Ademar Traiano.

Esta Casa começou cedo hoje, porque às 9h tivemos aqui nesta Plenária uma reunião muito importante promovida pela Bancada do PT, que tratava exatamente dos 15 anos da privatização dos fertilizantes no Paraná. Uma reunião bastante pontual e prestigiadíssima e o plenário estava realmente lotado. De igual maneira, às 10h tivemos uma reunião no plenarinho com a presença de quase toda a Bancada Federal do estado do Paraná, bancada essa que é de alta qualidade, juntamente com Depu-

tados representantes do Rio Grande do Sul, que é o Presidente da Comissão da LDO, e da Relatora do Mato Grosso do Sul, que é a Senadora Serys. Uma reunião das mais importantes onde se busca realmente a união dos três estados do sul na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que sem dúvida nenhuma, com evoluções futuras, deve realmente nortear o nosso orçamento para o ano que vem.

E não menos importante, Deputada Rosane Ferreira, tivemos às 13h30, aqui, por uma iniciativa do Deputado Caíto Quintana, a inauguração de um painel de fotografias que conta a história da Revolução dos Posseiros no sudoeste - que é algo que nos orgulha muito e a Assembléia tem feito a sua parte para divulgar um pouco a história do Paraná - com a presença de diversas lideranças do sudoeste, além de Deputados todos presentes, o Prefeito de Francisco Beltrão, a Secretária da Cultura e a nossa Secretária da Cultura, a dona Vera.

Então, a Assembléia começou cedo hoje, e abre um precedente que reputo muito importante. Não gosto de abrir precedentes na Casa, até porque, temos algumas regras e temos que segui-las, mas hoje vamos abrir um precedente. A pedido do Deputado Durval Amaral, que requereu à Mesa Executiva que cedêssemos o Grande Expediente da segunda-feira, coisa que não é normal, muito menos com aparelhagem aqui posta, mas existem momentos que temos que "arranhar o livrinho" em benefício da própria Casa, da própria comunidade e da sociedade paranaense. Vamos ouvir hoje, durante o Grande Expediente, um assunto que interessa a todos nós e que tem sido extremamente discutido e levantado aqui por experts no assunto, como é o Deputado Reni Pereira, vamos ouvir hoje o Deputado Luiz Carlos Hauly, que é alguém que realmente enriquece esta Casa com o seu pronunciamento no que diz respeito à ciência tributária e a questão que vai abordar aqui.

Por essa razão o Grande Expediente hoje reservado ao Deputado Durval Amaral, por 30 minutos, por sua solicitação e a Mesa Executiva entendeu que deveríamos abrir esse precedente em nosso próprio benefício. Por essa razão faço essa justificativa, porque diversos dos Srs. Deputados devem estar inquirindo: "Puxa, quando eu requeri, a Mesa indeferiu". Mas, às vezes há situações em que devemos saber que o calendário não joga conosco.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, vejo V. Exa. preocupado em justificar, mas nós o elegemos para tomar as decisões. Outro dia V. Exa. colocou o Deputado Ângelo Vanhoni falando de educação e nós, prontamente, cedemos o Horário da Oposição para que o Deputado Vanhoni se estendesse na sua fala.

Sinceramente, somo-me à vinda dos Parlamentares principalmente do nosso companheiro Hauly que faz parte da reforma tributária, e é importantíssimo, nós estarmos discutindo assuntos de interesse do Paraná. Me

somo a V. Exa., apoio a sua iniciativa, e certamente todos os Parlamentares o apoiarão nessa iniciativa tão importante. Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra portanto Deputado Luiz Carlos Hauly.

Deputado Federal Luiz Carlos Hauly

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com muita honra estamos aqui hoje a convite do Deputado Durval Amaral que abre espaço, para falarmos de um assunto da maior importância, que é a reforma do sistema tributário brasileiro e que tem implicações diretas nos Governos Estaduais e Municipais. Nós temos trabalhado esta matéria há 21 anos, desde quando assumi a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná no começo de 1987, no dever como Secretário da Fazenda do Paraná, época da Assembléia Nacional Constituinte quando os Secretários da Fazenda do Brasil todos reunidos, tiveram uma presença forte dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Muitas das nossas conquistas estavam naquela Carta de Canela que apresentamos aos constituintes de 1987/1988. De lá para cá tivemos uma série de mudanças, porque na Assembléia Nacional Constituinte, nós conseguimos fazer com que os estados e municípios aumentassem a sua participação relativa no Imposto de Renda e no IPI, que era de 32%, passamos o Imposto de Renda para 47% e o IPI para 57%. Foi uma mordida muito grande na arrecadação federal. Mas o que aconteceu depois desse avanço? Nós também conquistamos em 1988, os antigos impostos únicos federais, passamos eles para a base tributária do ICMS, como petróleo e seus derivados, energia elétrica, telecomunicações, minerais, etc. e também foi criado na época um adicional de imposto de renda de 5%, entre outras conquistas que nós tivemos no campo da arrecadação dos estados e municípios. Foi um momento importante dos estados e municípios na história do Brasil.

Mas, o que aconteceu de 1988 para cá que o Governo Federal se vingou das conquistas dos estados e dos municípios, e ao longo dos anos ele congelou o Imposto de Renda, criou a contribuição social sobre o lucro líquido. Ali, ele carregou a sua tributação na pessoa jurídica nas empresas, e ele congelou o IPI e concentrou na criação, ou na otimização de tributos de contribuições previdenciárias não partilhadas entre estados e municípios, é o caso do PIS, do COFINS. Olha, esses tributos cresceram de uma forma assustadora, enquanto que o Imposto de Renda e o IPI ficaram numa tributação estável, crescimento, mas um crescimento moderado.

O fato é que a união federal, recuperou tudo aquilo que ela tinha perdido em 1988 e muito mais, ao ponto de ter hoje um percentual muito grande da arrecadação mantido. Então o fato é que, qualquer reforma do sistema tributário tem que tomar cuidado com a união federal porque o gigantismo e o poder é tão grande que qualquer reforma pode se constituir em prejuízo. Eu estudei a matéria do ponto de vista da simplificação do sistema tributário e de inclusão social, que é o que eu vou apresentar aos Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e a todos aqui presentes.

O sistema, eu chamo de uma simplificação radical. Que garantir o social é gerar emprego. O emprego vem da produção, produção gera riqueza, riqueza gera tributos, que geram ainda mais o social. Então, esta é a arrecadação do Brasil, união, estados e municípios, olha a quantidade de tributos entre impostos, contribuições e taxas, que naquele ano de 2002 somou 35,86% da arrecadação.

Hoje essa arrecadação está em 37% do produto interno bruto, que é a soma da produção de todos os bens de serviços do nosso país, que é produzido por 186 milhões de brasileiros. Esses tributos eu divido, nos meus estudos, em propriedade, renda e consumo. A propriedade possui cinco tributos, ou são do município ou do estado. Somados todos representam apenas 3,16% da arrecadação nacional.

Qual é o potencial desta arrecadação? Baixíssimo. Imaginem a Assembléia Legislativa dobrar o IPVA do estado do Paraná? O povo invade a Assembléia Legislativa. Mesmo que se dobrasse daria mais 3% de arrecadação. Esta é a constatação que quero deixar bem claro. Quando se fala em tributo tem que falar em algo palpável, forte, consistente.

A renda, sim, é um tributo muito mal tributado no Brasil. Somando o Imposto de Renda e a contribuição social, sobre o lucro líquido, temos 21,3%. Para ter uma idéia, os países da União Européia tem 34% da arrecadação vindo do Imposto de Renda. Lá o Imposto de Renda é progressivo. Quem ganha mais paga mais.

Aqui não. O sistema é regressivo. Quem ganha menos paga mais, chega a pagar o dobro. Nos Estados Unidos o Imposto de Renda, que é a maior nação do mundo, e mais rica, 48% da arrecadação americana vem do Imposto de Renda. Daí o segredo na neutralidade na formação de preço da economia americana. Quanto menos o consumo se tributa, se tributa menos os mais pobres e tributa mais os mais ricos da nação.

Com isso torna o sistema neutro na formação de preço. Na Europa tem um imposto de consumo chamado: Imposto de Valor Agregado. É um ICM em cada país. Aqui, olhem a quantidade sem fim.

Olhem o quadro onde constata o que eu falei. Uma família de dois salários-mínimos paga, hoje no Brasil, 48,83% de impostos. E uma família de mais de 30 salários-mínimos paga 26,29%. Ora, que país é esse que tributamos mais os mais pobres e menos os mais ricos?

Por isso, o sistema tributário torna a concentração da riqueza maior e a injustiça maior. Nesse quadro tem ali um site onde você acha todos esses dados.

E a Previdência no Brasil, que vem ora, da tributação do empregado, ora do empregador. Entre o INSS, as contribuições estaduais de funcionários federais e municipais, nós somamos 17,5, sendo que desses 17,5, 10% vem da contribuição previdenciária patronal, então, é imposto de consumo também, vai para o preço da mercadoria, e 7,53 é do empregado como se fosse do tipo Imposto de Renda. Resumindo, a soma das bases está aí para que vocês possam observar.

O que deve ser feito numa reforma nacional? Simplificar, diminuir o número de tributos no país, diminuir a tributação do consumo, aumentar a tributação da renda e no consumo transformar os tributos seletivamente de acordo com o dispositivo, que já existe na Constituição. Os tributos eram seletivos de acordo com a essencialidade do produto. Daí que vêm os meus estudos do ICMS, do PIS e do COFINS, onde demonstro que com apenas 10 itens da economia, você pode fazer a mesma arrecadação de uma forma concentrada, mais direta, em que tiraríamos grande parte da tributação das famílias mais pobres. De um trilhão de arrecadação que deve dar este ano, a minha proposta pode tirar até 200 milhões de tributos das costas dos trabalhadores e trabalhadoras deste país e transferir, para as famílias mais ricas deste país. Aí sim, o Brasil criaria um círculo virtuoso de consumo interno, de expansão da capacidade das famílias do nosso país.

Os incentivos fiscais da união, do estado, do município, a sonegação, a elisão e a corrupção fizeram do nosso sistema tributário um manicômio anárquico, caótico, em que quem pode mais chora menos. Novamente, os incentivos dos créditos subsidiados transformaram nossa economia de mercado numa fraude. Estou estabelecido aqui em Curitiba com uma indústria, aí vem um outro grupo, monta do mesmo produto uma indústria nova, com incentivos fiscais, vai ao BNDES, financia a PJLT. Essa nova empresa quebra a empresa velha. Qual é a lógica do estímulo disso? A da perversidade? Do capital instalado? E o contencioso judicial desse sistema tributário? E a taxa de juros no Brasil? Trinta por cento dela é de cunho fiscal.

O nosso sistema é regressivo. É o mais injusto do planeta Terra e das galáxias. Não tem lugar no mundo que tenha um sistema mais injusto e regressivo. É o grande responsável pela concentração da riqueza no Brasil, por meio da tributação, dos incentivos fiscais, da sonegação e da elisão no nosso país. Então, chamo o nosso sistema tributário de “laborcita”, pois mata o emprego, impede o crescimento econômico, dá incentivos fiscais para poucos e a maioria é tributada. Gostaria de ver o Brasil um só país produzindo, de norte a sul, com as mesmas condições, exportando para o mundo todo com as mesmas regras que tem na Zona Franca de Manaus, onde há neutralidade do sistema tributário.

E o Poder Judiciário entupido? E o poder de compra dos trabalhadores totalmente comprometido com a elevada carga tributária? E a nota fiscal calçada, paralela, nota plastificada, o crédito frio, o crédito “micado”? Como é que conseguimos sozinhos, sem participação da KGB nem da CIA, fazer o pior sistema tributário? Nós mesmos conseguimos fazer o pior sistema que impede o crescimento. Imaginem o baile que a China está dando no mundo, especialmente no Brasil, com a neutralidade dos tributos, tem pouca tributação. Grande exportação, hoje, para nós se constitui num dos grandes problemas, o maior adversário de todos nós, Imaginem como o Brasil precisa se consertar. Conserta-se o sistema tributário, diminui o custo das relações trabalhistas. Essa é a nossa tese.

Esse é um comparativo da PEC do Governo, da PEC de minha autoria e do atual sistema tributário brasileiro. O Governo faz um avanço, mas muito tímido. Eu debato muito com o Ministro Mantega, com toda a cúpula do Ministério da Fazenda, no Congresso Nacional, onde estamos lá há 18 anos debatendo essa matéria. Falo assim: o esforço para fazer uma reforma completa é o mesmo para fazer uma reforma mais ou menos. Mas, se você me perguntar: “A proposta do Governo é melhor do que a situação de hoje?” Claro! É melhor, mas ela está muito longe daquilo que o Brasil precisa para crescer a 10% ao ano e distribuir renda.

Então, o Governo quer fazer um imposto de valor agregado a federal, um estadual mantém o ISS. O Governo Federal acaba com a contribuição social mantendo o Imposto de Renda, mas não trata do assunto da progressividade. Ela não fecha, não é completa. É boa. Claro, qualquer reforma é melhor do que a situação que aí está. Não posso negar isso. Mas, se não busco algo ideal para o meu país, foi isso que me motivou a vir conversar com o Governador de forma democrática. Sou Oposição ao Governador Requião e numa conversa em Londrina ele me perguntou: “Como ficamos nós, o Paraná na reforma tributária?” Eu falei: Governador, tenho algumas idéias, algumas sugestões. Ele ouviu e falou: “Vamos conversar mais no Palácio”. Vim ao Palácio, conversei com o Governador tecnicamente e como paranaense que sou, defendendo os interesses do nosso estado e do nosso país. O Governador ouviu a minha proposta, que a seguir vai ser apresentada, onde defendo os princípios básicos:

1º a neutralidade na competitividade dentro das empresas. Ela é fundamental para uma economia de mercado;

2º o sistema tributário tem que estimular a geração de empregos;

3º a justiça social com a eliminação da pobreza;

4º a justiça fiscal;

5º a garantia, a partilha dos estados e municípios, não pode tirar receita sob hipótese nenhuma;

6º o desenvolvimento sustentado;

7º a distribuição de renda e riqueza;

8º a capacidade contributiva;

9º tratar os desiguais desigualmente.

Você chega no supermercado, há tributação expressiva. Eu ganho mais, compro, não tem peso a compra na minha renda familiar. Se eu gastar R\$ 1.000 não tem peso. Toda aquela tributação vai significar uma tributação pequena na soma da minha renda, da minha esposa que é professora universitária no último nível, mas para quem ganha dois ou três salários-mínimos, é mortal.

Os tributos devem ser diretos, quanto mais direto mais correto é o país.

Fim da guerra fiscal: a guerra fiscal é para enriquecer pessoas. Um país sério não teria a guerra fiscal. Mas claro, enquanto não vem o fim dela, dançamos de acordo com a música; desburocratização; simplificação; acabar com o contencioso administrativo e judicial.

Podemos ir em frente: harmonização do sistema tributário do Brasil com o mundo.

Faço uma comparação internacional das cargas tributárias com dados que coletei dentro da própria Receita Federal. Este quadro demonstra todo equívoco do peso da carga tributária do consumo x renda.

O que proponho é que o ICMS, que tributa 400 mil itens, tribute 10.

Este é um substitutivo global, que acaba com a contribuição previdenciária patronal e retorna com imposto de movimentação financeira 100% para cobrir a contribuição previdenciária patronal. Nenhum empresário teria nenhuma carga adicional na contratação do empregado, porque seria cobrado de todo o país para sustentar a previdência oficial, de uma forma indireta, através da movimentação financeira.

O Imposto de Renda seria eliminado da contribuição social, seria um imposto de renda progressivo, de 21 passaria para 31 na arrecadação, com apenas 10 que sairia dos tributos federais este montante. Para diminuir 10% da arrecadação, só aí diminuiríamos 100 bilhões de tributos em cima do consumo das famílias. Então, no consumo eliminaríamos o ICMS que seria transformado num imposto seletivo monofásico estadual, o COFINS e os impostos de consumo federal, seria um imposto seletivo federal bem menor, porque ele teria uma ampliação no imposto de renda e teria imposto de movimentação financeira.

Os produtos que seriam isentos: todo tipo de alimento, de roupa, de remédio, 400 mil itens seriam isentos, ficaríamos só sobre 10.

Faço a simulação nacional. Vamos direto para o Paraná, eu tenho pouco tempo, no substitutivo global eu faço a avaliação numérica, fecho a conta de toda a arrecadação do país com a mesma receita existente, e o Paraná está aí: hoje, energia elétrica, combustível e comunicação, são tributos que representam, no Paraná, 54,35%. Cigarros, bebidas, veículos, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, autopeças, pneus representam 25%. Como é que eu cheguei nesse número? Pegando os dados das confederações nacionais dessas entidades, trabalhei estes gran-

des números, porque é muito difícil conseguir isso no IBGE e não tem um arsenal de estatísticos para poder levantar e calculei 25% da arrecadação somando 79,35. Para fechar a arrecadação do Paraná preciso de 20.65, ou seja, o preço final da energia elétrica, do combustível e da comunicação, hoje, no Paraná, se eu aumentar 10% no preço final eu chego na Wal Mart, no Carrefour, no Muffato, que têm 80 mil itens, eu isento tudo de ICMS, menos 10 itens. Além do que já está tributado eu colocaria 10%, é uma troca mais do que justa, é uma reengenharia fiscal tributária de alto conteúdo social. Reduziríamos o impacto das famílias que pagam muito, enormemente! Só nesse processo do ICMS no Brasil poderíamos chegar a algo em torno de 50 bilhões de carga a menos em cima das famílias de baixa renda.

Então você pode perceber que não tem proposta mais socialista que essa no Brasil, não há! Eu terminava de fazer uma palestra há tempos atrás nas duas grandes lojas maçônicas e o "Garanhão" que vocês sabem que é, um homem de Esquerda, falou: "Olha, nunca vi uma proposta mais social que esta!" Ela é de grande conteúdo, porque vai com a diminuição de encargo sobre as famílias, vai criar um mercado interno extremamente forte, pujante, as famílias passarão a consumir mais e aqueles que no primeiro momento perdem, que são as famílias mais ricas, passam a ganhar pelo volume. O Brasil, ao invés de crescer cinco, vai crescer 10% ao ano e vai distribuir riqueza. Esse é o ponto mais importante, de 150 a 200 bilhões por ano de transferência de renda para as famílias mais pobres significa 10 vezes todos os programas sociais do Governo. É uma enormidade!

Fizemos várias simulações, várias discussões, não é um projeto acabado, são idéias, são princípios. O Governador pediu para fazer um estudo na reunião que tive com o Secretário Heron Arzu, com o Dr. Nestor e o Carlos Marés, para ver o que é possível fazer dentro da estrutura do Paraná. Não tenho dúvida que hoje a discussão entre origem e destino, temos que ficar muito atentos nessa questão da origem e destino. Qual é a balança comercial do Paraná hoje? O que recebemos de outros estados e de outros países, o que vem de outros países nós tributamos aqui, o que vem de outros estados vem com 12, nós tributamos a diferença para 17 ou 18 no Paraná. Então, o que é produzido interno? Qual é a diferença? Esta conta precisa ser muito bem feita a qualquer avaliação que venha a ser feita, qualquer tipo de troca de alíquota. No global é muito fácil, coloco os olhos sobre o global, preciso de 20,5% da arrecadação, eu produzo 20,5, fecho a arrecadação e não temos mais problema. Eliminamos toda a tributação.

Na minha proposta nacional nenhuma loja, nenhuma indústria, nenhum estabelecimento de prestação de serviço teria nenhum tributo que não fosse o imposto de renda do lucro.

Então, a Receita Federal e os estados ficariam em cima destas empresas para não fugirem à responsabilidade do lucro da empresa, como nos Estados Unidos e na

Europa. Teríamos um ganho extraordinário. Todo mundo teria trabalho, porque temos hoje 5 milhões de empresas no Brasil, não precisaria mais de Simples, Super Simples, nada, porque a empresa, o que tinha que ser tributado vem tributado. Claro, você poderia fazer um programa social - micro e pequena empresa não têm imposto de renda - só teria imposto de renda das grandes empresas e ali podemos carregar um pouco na carga por conta dos grandes problemas da economia monopólio, oligopólio, cartéis - temos que estar muito atentos a este tipo de problemas nos crimes cometidos contra a ordem econômica e a economia popular.

Portanto, temos este elenco para estudar, para debruçar sobre ele. Ou a proposta do Governo cria o IVA estadual, proponha o fim da guerra fiscal para 2015, quer dizer, tudo que é importante é jogado para o futuro, mas pelo menos está dando o ponto de partida. Mas e este esforço todo não valeria a pena fazermos algo completo, pensando que estamos perdendo tempo no crescimento e na distribuição da riqueza deste país? Temos hoje um Produto Interno Bruto de 2 trilhões e 700 bilhões, poderíamos estar crescendo a 10% ao ano. A 10 ao ano, em cada nove anos dobramos a riqueza do país. O Brasil tem pressa, nós temos pressa. Nossa geração precisa fazer algo realmente forte dentro do contexto das mudanças do nosso país.

Antes de terminar, eu li na Gazeta do Povo e Estado do Paraná e outros jornais que há uma discussão sobre transparência. Há 10 anos aprovei uma lei federal que cria o Portal das Contas Públicas, administrado pelo Tribunal de Contas da União, onde tudo aquilo que a Lei nº 4320 exige que seja publicado no Diário Oficial do município, do estado, da união, dos três Poderes, publique-se na internet. Este portal está montando, gastou-se muito dinheiro para montar e administrar esse portal, a cópia da lei está aqui à disposição, mas o que pode ser feito é a cobrança, a cobrança da colocação destas contas de todos os municípios do Paraná e dos três Poderes na internet. Se você quiser detalhamento é só levantar. Não usei de nenhuma mudança constitucional. Foi uma lei federal de minha autoria, a Lei nº 9755, ou se você quiser acessar no Tribunal de Contas da União, www.contaspúblicas.gov.br, você acessa este site. Anos depois veio a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem também a obrigatoriedade da publicação da receita/despesa...

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Exa.?

(Assentimento)

Deputado Haully, apenas uma curiosidade, porque muitas vezes temo idéias maravilhosas aqui nesta Casa e esbarra, porque compomos uma Bancada minoritária, às vezes tem a simpatia da Bancada Governista, às vezes não tem, às vezes um projeto é aprovado, é vetado pelo Governador, mas uma curiosidade que eu acho fundamental: como V. Exa. está sentindo o clima

da base aliada do Presidente Lula de aprovar essa reforma tributária?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Muito boa a pergunta. Obrigado, Deputado Antonio Belinati.

Veja, o Governo tem maioria na Câmara - de 503 Deputados ele tem 400 Deputados - mas quando se trata de matéria federativa, os Governadores e os Prefeitos querem tirar a limpo a sua situação. Se isto não ficar muito claro, não adianta querer dar um pirulito para o Governo, que é pequeno. O ICMS tem sócios. Tem sete sócios majoritários que respondem por mais de 70% da arrecadação. Então se ficar uma mudança e venha prejudicar, eu já fui a um debate em São Paulo há três semanas atrás, o Subsecretário da Fazenda de São Paulo estava estrebuchando, que com menos de 4% de interestadual e com uma série de mudanças São Paulo não aceita a reforma. Como você contorna esse tipo de problema?

Então, penso que numa reforma como a que o Governo faz, é difícil de resolver. Num sistema mais simples, mais direto, seria muito mais fácil, 60 faz a simulação, até chegar no número que não prejudique o estado de São Paulo, que tem 33% da arrecadação nacional e 33% do PIB.

Paraná a mesma coisa, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro. Se você não resolver isso, o Governo não resolve. Por mais força que ele tenha, ele acaba sendo derrotado, como foi derrotado no primeiro Governo do Lula, como foi também no Governo do Fernando Henrique, foi tentado várias vezes.

Quando a proposta não é clara, não é nítida, ela não tem prosperidade, não tem futuro.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Parabéns a V. Exa. e queria Deus que essa reforma seja aprovada.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Só tenho mais dois meses para trabalhar a reforma tributária, depois não tenho mais tempo nem condição de contribuir com ela.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, Deputado Haully, agradecer a V. Exa., bem como a todos os Pares aqui da Casa, em especial o Deputado Durval Amaral que requereu o Grande Expediente para que pudéssemos hoje ter essa explanação muito oportuna, que pelo menos a nível de Paraná realmente pudéssemos avançar com essa reforma.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Relatei a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sentado com o Governo, Governo com Oposição, micro-empresário, as entidades de trabalhadores, fizemos um grande entendimento nacional e aprovamos a lei. Quando

ela é multifacetada e todo mundo senta à mesa é fácil. Se você impor, a reforma não passa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado Haully. Posso usar o horário da Liderança da Oposição?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Estou vivendo um dilema e muitos brasileiros estão vivendo o dilema, Deputado Haully. É a questão cambial do país. Queria saber se V. Exa. poderia dizer algo para nós. Hoje tivemos aí o lançamento de um pacote de incentivo às exportações. Mas, há setores da economia, Deputado Haully, que não suportam. De um lado, o dólar baixo ajuda a manter a inflação, de um outro lado ele inviabiliza alguns setores da economia com o dólar nessa cotação.

Queria saber se V. Exa. tem algo a dizer aqui a muitos paranaenses que neste momento estão nos assistindo.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Olha Deputado Rossoni, com muito prazer Presidente do nosso partido, dizer: a questão cambial é crucial na vida do país. Quando tínhamos o câmbio fixo ele produzia um efeito que o Governo manipulava o câmbio, a taxa de juros e o ajuste fiscal. Quando passou a ser câmbio flexível, câmbio que determina o mercado, passamos a ter dois positivos apenas: o ajuste fiscal e a taxa de juros. Então, estreitou a condição de política de macroeconomia.

Por sua vez, o câmbio flutuante, quanto mais ingressa dólar, mais deprimido ele fica, o real vale mais e o dólar vale menos. Estamos hoje, exatamente, se ele é benéfico para a inflação, ele é maléfico para a economia interna: a agrícola, a pecuária, a avicultura, a suinocultura e para a agroindústria. Porque quando você transforma os commodities que são estimulados na Bolsa de Chicago em dólar, transforma em reais. Você tem muito menos reais no bolso dos 5 milhões de proprietários rurais minis, pequenos, médios aí assentados ou não, do que teria um dólar se valesse 2,50 que é o que todo mundo imagina que poderia ser o dólar no Brasil. Não menos que 2,50 e da maneira que está, olha a ironia! Quando relatei a Lei nº 087/96, que ficou chamada de Lei Kandir, desoneramos as exportações de produtos *in natura* semi-elaborados e os bens dos ativos fixos não tínhamos a idéia e não imaginávamos que as exportações aumentariam. E aumentou demais. No ano passado, 110% do saldo da exportação veio do agronegócio. Por incrível que pareça, quem mais perde renda são os produtores rurais. Você vê o problema da indústria calçadista, da indústria têxtil e da madeira que é o ramo de V. Exa. Por um lado, as contradições. Digo assim, o Plano Real está no 15º ano, com

grande sucesso, porque o Governo Lula manteve a macroeconomia iniciada por nós do PSDB.

Esse é o lado positivo, a estabilidade da economia dá credibilidade e eleva o grau de investimento do país, porque o Brasil é solvente, honra com os seus compromissos. Nós pagamos um preço muito alto pela elevada taxa de juros que o Governo tem que pagar e as famílias, as empresas, por outro lado, pelo câmbio deprimido. Temos que resolver essa equação. O Governo faz hoje uma política industrial que aplaudimos, mas tem o grande problema que é o agricultor brasileiro.

Aí você começa a entender por que os Estados Unidos e a Europa subsidiam o produtor rural: eles não têm outra fórmula. É mais fácil subsidiar o produtor rural, que representa menos de 10% do PIB o *in natura*, o agricultor, o pecuarista, o suinocultor e o agricultor, do que você mexer no câmbio, porque aí você pode ter consequências indesejáveis e pode acabar arrebentando com a economia brasileira.

Muito correto nesta análise para não fugir, há uma avaliação das condições macroeconômicas do nosso país.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado Haully. Primeiro parabenizá-lo pela apresentação, pelo seu trabalho, essa discussão da reforma tributária, sou novo aqui no Parlamento e ouço já há muitos anos falar sobre essa reforma, mas ela não vai na prática na vida dos brasileiros, que é muito importante.

Na dúvida que tenho e que não ficou muito claro para mim é que temos os municípios. Eles é que geram as riquezas, lá que é produzido o trabalho. Hoje o menor percentual fica nos municípios. O senhor falou dos impostos, do IPTU, por exemplo, que é o imposto local e que não apresenta nada a nível nacional.

Nesta reforma tributária, em termos percentuais, porque tem que ficar a maior parte na união, para depois ter que surgir emendas parlamentares no projeto, para que esse dinheiro volte para cá, para os municípios, sendo que ele foi gerado aqui nos municípios? O que é que prevê com relação ao percentual para o município, para o estado e para a união? E por que não a maior parte para a união?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Expliquei o que fizemos na Assembléia Nacional Constituinte e acabou acontecendo no anos seguintes.

Se os percentuais que estipulamos do Fundo de Participação dos Estados e municípios tivessem sido mantidos no Imposto de Renda e no IPI, que eram os dois principais tributos federais, 47% e 57%, os municípios do estado, somados, não teriam menos que 50% da arrecadação nacional.

Temos que estar atentos a isso. A parte previdenciária de qualquer conta, você tem que tirar fora, não pretende à partilha a contribuição previdenciária que sustenta, com déficit ou não, você tem que calcular com o

que custa, você tem que tirar da Receita da união. Fundo de Garantia pertence aos trabalhadores, não pertence a nós, Governo Federal, estado e município. Feita essa conta você analise. Nenhuma reforma você trata disso. O Governo está tentando mexer na sua proposta, na partilha do ICMS entre municípios, vai gerar um caos muito grande.

Fiz uma mudança na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em que a microempresa, como você calcula o valor adicionado, o valor agregado da microempresa para o índice de ICMS. Estipulei um percentual da receita bruta da micro empresa, porque ela está compulsoriamente obrigada a pagar um percentual daquela receita bruta para compor o índice dos municípios. Vai haver uma acomodação no sentido do consumidor, porque os municípios mais consumidores são sempre prejudicados pelos municípios produtores, mas vai haver uma pequena acomodação marginal, não maior do que 5%, mas vai dar um fôlego interessante para os municípios mais consumidores, que têm mais população no estado do Paraná e no Brasil, porque é uma mudança nacional, mas é muito tímida perto da mudança que temos que fazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Derradeiro orador ao questionamento, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, mais do que um questionamento, é parabenizar o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly pela proposta que apresenta. Entendo que seja tão importante que tenhamos pessoas com experiência na vida pública, como o Secretário Hauly foi Secretário de Finanças do Estado do Paraná e se especializou nessa matéria tributária e entendo que temos que buscar novos paradigmas e propostas iguais a essa certamente modificam o *status quo* que certamente, muitas vezes, não quer modificações.

Gosto da idéia de tributar os 10 produtos principais, que são aqueles que são cobrados, ou diretamente pelo estado, ou são aqueles em substituição tributária. Pergunto o seguinte: essa reforma é neutra. No caso específico ela não diminuiria a carga tributária, mas também não aumentaria?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Não. Ela permaneceria como está.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Porque entendo e ouvi o Deputado Douglas Fabricio falando e, de fato, a união hoje fica com 60% dos tributos, os estados com cerca de 24% e os municípios com 16%. Então, realmente entendo que, se modificarmos essa lógica, hoje pela manhã naquela discussão que tivemos sobre o orçamento do país, o nosso orçamento vai para R\$ 800 bilhões em 2009. Então, inegavelmente a

carga tributária é elevada e o que temos que exigir não é nem o estado mínimo e nem o estado macro, mas é o estado necessário que preste serviço à população.

Agora, indiscutivelmente, uma preocupação que tenho é nessa questão federativa. O nosso estado do Paraná já perdeu muito, em determinadas circunstâncias perdemos algumas “queda de braço” importantes, especialmente sobre a questão da tributação sobre a energia e tenho muita preocupação em relação a isso, que possamos, na reforma tributária, perder mais do que já perdemos ou deixamos de ganhar. Agora, a sua proposta é de uma lógica extraordinária e não tenho dúvidas que todos aqui nesta Casa viram, ouviram e certamente vai tributar os mais ricos e, ao mesmo tempo, diminuir a tributação sobre os mais pobres. Basta ver os índices gráficos.

Quero parabenizá-lo e fico muito feliz em ter um Parlamentar do nosso estado com uma proposta avançada como essa e que certamente pode modificar uma situação tão injusta quanto a que temos no país.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Obrigado, Romanelli!

A idéia é ter um sistema tributário muito próximo do modelo europeu e americano, que ficaria no intervalo, aproveitando duas grandes experiências existentes: uma brasileira e outra européia-americana. A seletividade é uma experiência americana e européia. Quando você vai a Nova Iorque e compra algo lá de US\$ 100, na hora vem com o sale tax de 9%, 10%, você imagina que só esse tributo de consumo na ponta, ele não é por dentro, ele é neutro na competitividade, e se sonegar ele está capilarizado, está socializado. Mas ele têm o imposto seletivo, muito na linha do que estou propondo, porque aí que completa com os 48,5 do Imposto de Renda, propriedade de consumo e contribuição previdenciária deles, que também têm, uma dosagem.

Então, esse modelo, e a experiência brasileira de movimentação financeira, que é aquilo que o Marcos Sintra defendia, o Flavio Rocha, e acabou, era um sucesso, só que ele, equivocado, impactava no preço, era um monstro dentro do sistema, porque o IMF não é um imposto, é uma ferramenta, só pode ser usado para neutralizar a cobrança antecipada de outro tributo. Ele não é um imposto clássico, Imposto de Renda, imposto de consumo, de valor agregado, não; ele é uma ferramenta. Se você apertar hoje no MF 1.0% ele vai te dar 100 bilhões, porque a soma das transações, de todas as transações financeiras no Brasil esse ano deve dar aproximadamente R\$ 10 trilhões, o que daria 38 a R\$ 40 bilhões. Entendeu, a soma de todas as transações, 10 trilhões, quatro vezes o Produto Interno Bruto brasileiro em transações financeiras.

Então, dessa maneira agradeço a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o meu estado, estado que eu nasci, estado que eu amo e que quero muito bem. Lembrando o que o Deputado Romanelli falou da minha visita ao Governador Requião, que eu fui o Secretário da

Fazenda do Governo Álvaro Dias, quando eu era Secretário da Fazenda, o Osmar Dias, Secretário da Agricultura; o Requião, Secretário do Desenvolvimento Urbano; o Rubens Bueno, Secretário do Trabalho e Ação Social e o Flávio Arns, Diretor do Departamento de Educação Especial da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Como que nos encontramos hoje? Mantemos nossas relações cordiais em defesa do Paraná.

Estou à disposição da Assembléia Legislativa, da Comissão de Finanças da Assembléia, se me chamarem me faço presente para debater o assunto, conversar mais, acho que é importante, e evidentemente defender os interesses do Paraná, porque eu parti para essa proposta quando vi que São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados jamais deixariam o Paraná cobrar ICMS de energia e de petróleo.

É um casuísmo, foi colocado no texto constitucional de 1988, que prejudicou o Paraná e mais 13 estados da federação. Mas, a primeira PEC de cobrança minha, de 1991, PEC nº 014 de 1991, está lá até hoje nos arquivos, porque não vai para frente, fica no limbo, para poder tributar a energia, 500 milhões por ano que perdemos, no mínimo, de arrecadação.

Então, muito obrigado, parabéns, obrigado Deputado Nelson Justus, obrigado Deputado Durval Amaral, agradeço a todos, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns e obrigado.

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças: PDT, PMDB. (**Declinam**)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Esta presidência aproveita a oportunidade para registrar a presença do Chefe do DETRAN de Cianorte, Nelson César, bem como a presença do filho do nosso Deputado Jonas, o Luciano. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras da imprensa, cidadãos do Paraná.

Trago hoje para este Plenário uma série de assuntos que estão sendo seguidamente debatidos. Hoje vou falar sobre as decisões da Justiça nos últimos dias. Todas as decisões asseguram o nosso trabalho no Legislativo, mas não precisava chegar a tanto.

Temos que repetir quantas vezes for preciso. Afinal, me parece que o Governo do Paraná brinca de administrar o nosso estado.

E nós, legisladores, não podemos ficar calados, ou simplesmente aplaudir o que vem do Palácio.

A Oposição não é ouvida. Nem a Situação o Governo ouve. O Governo não aceita as colocações da imprensa. Não aceita críticas. Não aceita, sequer, colaborações e não assume compromissos. Parece que gosta de errar e persistir no erro. O Governo entende uma única linguagem, a da Justiça.

A imprensa, quando faz crítica, é canalha. Os Deputados, quando fazem afirmações, são demagogos, e aí começa a perseguição.

Quando se pede explicações, os prazos não são cumpridos. O povo fica sem saber o que se passa nessa transparência opaca criada pelo Governador Roberto Requião e pelos seus comandados. O site mostra os gastos que eles querem mostrar. É impressionante como o Governo do Paraná é surdo e cego para as evidências que passam por este Legislativo.

Repito aqui o episódio do Instituto de Educação lá de Ponta Grossa. Desde o ano passado estamos cobrando soluções. A escola está, oficialmente, interditada. Foi providência da Defesa Civil e do Ministério Público. E o Governo não moveu uma palha sequer e continua afirmando que não se trata de uma obra emergencial.

Os alunos do Instituto de Educação vieram aqui. A imprensa denunciou. Cobramos e todo mundo sabia, mas o Governo não estendeu a sua mão. E mesmo depois que caiu tudo lá e crianças ficaram ilhadas, tudo permanece como antes.

Na última sexta-feira o Ministério Público pediu um laudo, e só assim saiu uma decisão que acabou por interditar por completo o colégio. Ainda pior, tiveram a coragem de dizer aqui nesta Casa que estava tudo bem e que não tinha caído nada. É o fato que se repete, com foi com os cartões corporativos, com a publicação dos jornais de propaganda do Governo, com os gastos da Secretaria da Comunicação Social. Enfim, tudo isso!

Agora, a Oposição está anunciando a cada reunião e já subimos por diversas vezes a esta tribuna para dizer que, a qualquer momento, um navio poderá encalhar no porto de Paranaguá. E o Governo teima em dizer que está tudo bem.

Esse navio Rio de La Plata chegou ao porto com 600 caixas. E a capacidade dele, considerando um dos maiores, é de 6 mil contêineres. Ou seja, este Poder Legislativo está sendo desrespeitado!

Denunciamos aqui o setor de Segurança, que é uma temeridade em todo nosso estado. Fomos novamente ignorados e houve até quem se manifestasse dizendo que as coisas estão maravilhosas no setor da Segurança. Eu mesmo falei, aqui desta tribuna, dos problemas da Segurança na capital e na região dos campos gerais e fui contestado veementemente. Hoje, venho afirmar que, só na semana passada, pelo menos três crianças foram mortas em Ponta Grossa de forma violenta. Uma delas, inclusive, uma menina de 13 anos, recebeu um tiro no peito,

durante um bailão numa sociedade tradicional em nossa cidade.

As nossas propostas não são atendidas. Como Deputados somos preteridos. Já me perguntaram: “Será que se os Deputados cobrassem de forma mais amena do Governo não seria melhor?” Pois eu digo que já fiz isso. Já me dirigi ao Governo, por diversas vezes, com um controle comedido, mas não entendem dessa forma, não escutam de jeito nenhum. Então, vamos para a batalha. Estamos preparados para a batalha. Não tenho medo de cara feia e de retaliação.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. tem sido um batalhador pelas ações em melhoria do Paraná, em especial Ponta Grossa. Somos testemunhas disso. Estive, inclusive, participando de Audiências Públicas na sua cidade, onde brigávamos juntos por melhorias por Ponta Grossa. Não se preocupe por, de repente, o Governo não estar atendendo um pedido seu. Não se preocupe por isso porque, na verdade, seu papel é o de fiscalizar as ações do Governo e mostrar aquilo que o Governo está errando, como V. Exa. tem feito.

Tenho conversado inclusive com Deputados da base do Governo e ele não está atendendo pedidos da base do Governo. Na verdade, o Governo do Paraná saiu bastante raivoso da eleição e me parece que ainda não esqueceu o resultado da eleição. Então, ainda, ele continua magoado e por isso que temos andado em vários municípios e percebido o quanto a população não tem sentido ações de melhoria do Governo. Isso é o resultado da raiva do Governo com o povo do Paraná.

Para finalizar e dar um exemplo, temos o aumento do salário dos funcionários públicos que vai ser discutido esta semana. Funcionário público é aquele que de uma certa forma representa o Governo, porque presta serviço para a população em nome do Governo. Ele está propondo 5% de aumento para o funcionalismo público. A expectativa dos funcionários é muito maior, até por que, segundo policiais militares, segundo professores que conversei neste final de semana, o Governo, na época da campanha, prometeu bem mais. Só que agora já se elegeu. Agora não precisa cumprir a promessa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Obrigado, Deputado Douglas!

Parece-me que no estado do Paraná existem apenas dois Poderes - o Poder Executivo e o Poder Judiciário - porque cobramos e o Governo não escuta, não nos ouve e temos que mandar para o Poder Judiciário, porque só por meio da Justiça conseguimos respostas aos nossos requerimentos, aos nossos questionamentos. Só na Justiça parece que conseguimos avanços. Só assim.

Parece que o Governo do Estado do Paraná tem para si o Poder Legislativo. No entanto, este é um Poder

independente, formado pelos cidadãos paranaenses. Nós representamos o povo do estado do Paraná e não podemos aceitar uma ditadura intransponível em que o diálogo foi abolido definitivamente. Ao Poder Executivo resta a humildade. Eles precisam, sim, ter mais humildade e nos ouvir, porque representamos a opinião popular, assim como a imprensa.

Portanto, era isso que eu tinha a dizer nesta tarde, Sr. Presidente. Agradeço ao senhor e aos Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PR/PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PR/PTB: Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Estava acompanhando o pronunciamento do eminente Deputado Haully e me chamava a atenção quando ele, no final, fez uma comparação de quem era Governo e de onde está hoje. Veja que Governo fez Álvaro Dias: de 1987 até 1990 teve como seu Secretário o Luiz Carlos Haully, que acabou de falar, um perito, especialista na questão tributária; Flávio Arns, Senador da República no presente momento; Osmar Dias, Senador reeleito da República; Rubens Bueno, que hoje é do PPS e Roberto Requião que é o atual Governador. Que time! E o tempo passou e continuamos na mesma. O Álvaro foi candidato e perdeu; o Lerner entrou, ficou oito anos, tirou o time, quebrou o BANESTADO, e foi embora: veio o Requião de novo; o Osmar tentou e quase ganhou; o Rubens Bueno já tentou 10 vezes e 11 não ganhou, mas um dia ele ganha, partido bom e o Rubens foi um bom Prefeito de Campo Mourão; não teve oportunidade. O povo não entendeu. É como o nosso querido Haully, faz 20 anos que ele briga para conseguir a reforma tributária. Gostei da explanação dele, mas não anda, não vai, não passa. É bonita, é bacana no papel, mas na prática não vai. O Haully é um lutador.

Aí vemos que o Flávio Arns é Senador, o Osmar é Senador. O Flávio foi candidato a Governador também e não ganhou, ganhou experiência. O Haully já foi candidato a Prefeito de Londrina; o Requião perdeu uma, ganhou outra. Quase perde essa agora, ganhou aos 44 da prorrogação, mas ganhou. Mas, o time é o mesmo.

Sempre vejo, Deputado Rossoni o pessoal falar: “Tem que mudar”. Mas é o mesmo time. Um dia estamos com o Requião, outro dia com o Osmar, outro dia com o Álvaro Dias. Renovou o quê o Paraná? Chamava-me a atenção esses nomes: que timão teve o Álvaro Dias. Senhores, Requião foi Secretário, Rubens da Ação Social também, distribuía cheque no Paraná inteiro, nas entidades. O Osmar foi Secretário da Agricultura e depois foi também do Requião. O Flávio foi candidato a Gubern-

dor, se elegeu Senador, foi Deputado Federal, e o Haully que está aqui, que foi Secretário das Finanças, que trouxe este debate à tona, que time tinha o Álvaro Dias? Barbaridade!

Deve ter mais gente que eu esqueci aqui, alguns Deputados deviam fazer parte desses Governos ao longo dos anos aqui, eu devo ter esquecido alguém, mas interessante para a vida pública, os Srs. estudantes que estão nos assistindo, importante renovar a política, e eu sempre vejo em época de eleição: “Vamos renovar, vamos mudar, muda”. Fora o Lerner que veio, mas já era Prefeito aqui de Curitiba, fora o Lerner o time é o mesmo. E somos coadjuvantes. Um ano apoiamos aquele, o outro ano aquele, os grupos mudam. Quem diria que Requião iria contra Álvaro? Foi. Quem diria que Osmar iria contra Requião? Foi. Quem diria que Lerner apoiaria aquele acordo branco?

Então, a política é uma coisa muito estranha. Mas é interessante fazer este registro aqui. Deu-me inspiração o Deputado Haully, hoje, para lembrar esse timão. Álvaro Dias foi felizardo e não sei se sabia, mas teve no seu Governo, ele que também foi afilhado do Governador Richa, ele vem do Richa, Richa que fez Álvaro, que fez Requião, que fez... e assim vai.

Então, o Paraná há muitos anos está na mão ou nas tentativas desses companheiros: Requião, Rubens, Osmar, Flávio, Haully e Álvaro Dias, todos foram compadres. Hoje brigam aqui ou ali, mas um era compadre do outro lá atrás no Governo do Álvaro Dias. É bom destacar para que ninguém fique dizendo que aqui que todo mundo é bom: “Meu partido é novo, nunca fizemos nada errado”. Calma! Todos já fizeram parte, todos já foram compadres, todos, todos! Não vamos falar mais disso: “Ah, o cara é limpinho, o outro é sujinho. Todos já foram compadres, já tomaram café juntos, já almoçaram, já jantaram, já batizaram filho, já fizeram aniversário. São todos companheiros.

Então, o Deputado Haully me inspira nesta tarde, depois de ver esses nomes, de ver como tem a política do Paraná. Isto aqui já tem quase 20 anos, 20 anos do Paraná vivendo a era destes bons - devem ser bons, porque um vai, outro vem, um vai, vem, é tudo bom, vai um, entra outro, vai outro, entra outro, chegam os mais novos, aí volta, um dia um briga com o outro, o outro briga com outro, sem problema nenhum. O interessante é que o Paraná, bem lembrado aqui, parabéns ao nosso querido Deputado Haully, faz esta lembrança. Eu não poderia perder a oportunidade de lembrar aqui, que é histórico, Haully veio aqui dar uma aula de impostos, de reforma tributária e no fundo nos deu, no finalzinho, nos deu uma aula dizendo que todos são amigos e companheiros e que lá atrás estavam todos juntos no Governo Álvaro Dias.

É claro que deve ter mais gente que devo ter esquecido, tem mais gente importante, tem o ex-Governador Mário Pereira, o João Elízio Ferraz de Campos, o Zé do Chapéu, quem mais? Vamos esquecendo porque são tantos, mas é um grupo geral, e todos companheiros, ami-

gos, como disse bem aqui o Haully. Já sentaram juntos, já tocaram o Paraná, diverge um daqui, outro de lá, um para cá, outro para lá, mas cada um já teve a sua oportunidade no Paraná. Cada um já teve a sua oportunidade. Que ninguém diga que nunca fez nada. Espera aí, todos já fizeram parte como executores, porque quem foi Secretário, senhores, quem foi Secretário, se tiver um mínimo de personalidade, ele pode, dizer que é executor.

Muito obrigado. Vai para a história do Legislativo este brilhante pronunciamento. Não meu, do Deputado Haully.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Jocelito Canto.

Com a palavra o Deputado Edson Praczyk, no horário do Bloco PSB/PRB/PV.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Edson Praczyk (PRB)

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, Sras. e Srs. telespectadores.

Inicialmente, ainda em tempo, quero desejar feliz Dia das Mães à todas as mães presentes, Deputadas, funcionárias, telespectadoras.

Sr. Presidente, consta em pauta de hoje uma proposta de lei deste Parlamentar em conjunto com a deputada Rosane Ferreira, é a proposta sobre o destino final do lixo tecnológico. É óbvio e bem provável que os nobres Pares, todos, unanimemente, dêem o devido apoio a esta proposta de lei que está em 2ª discussão. Mas fazendo valer uma sabedoria antiga que costuma dizer que o dono do defunto tem que pegar na cabeça, ou seja, o maior interessado tem que estar à frente, no caso eu tenho que estar *pari passu* acompanhando essa proposição, concorda Deputado Reinhold Stephanes Júnior?

Aproveito o espaço do nosso Bloco Suprapartidário para reforçar o pedido de apoio a todos os demais Parlamentares, rogando e esperando que o Governador Roberto Requião entenda a importância, a envergadura de valor dessa proposta.

Praticamente toda semana, um, dois ou mais veículos de comunicação trazem nas suas pautas jornalísticas do preocupar-se com o destino final dos equipamentos sucateados, eletroeletrônicos ou como passou comumente a ser chamado de lixo eletrônico ou lixo tecnológico. A Gazeta do Povo já fez inúmeras matérias a esse respeito, outros jornais de âmbito nacional, essa discussão acalorada está presente nos países de Primeiro Mundo e também nos países emergentes dos quais destacamos o Brasil.

Tínhamos feito uma proposta inicial sem prevermos uma multa, mas contactados por uma infinidade de pessoas que acompanham o desenrolar dessa proposição, fomos questionados, eu e a Deputada parceira, a Deputada Rosane, por que não havíamos previsto no corpo do

projeto uma multa. Inicialmente porque estávamos confiantes que o Poder Executivo, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente regularizasse e regulamentasse essa proposta de lei, inclusive impondo as devidas penas. Porém, fomos convencidos que no corpo do projeto já deveria constar alguma punição, alguma multa e eu fiz, em parceria com a Deputada, uma multa de 10 mil UFIRs. Por quê? Porque se costuma questionar que grandes empresas, quando acabam agredindo o meio ambiente por causa da sua negligência, pouco se importam com a punição, porque as mesmas são muito brandas em relação à proporcionalidade dessas mesmas empresas.

Lamentavelmente o corpo jurídico que assessora a Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ, entendeu que essa multa era extremamente apimentada, foi muito elevada. Eu então, muito modestamente, humildemente, dei a mão à palmatória e fiz uma rasura de próprio punho reduzindo essa taxa, essa multa, o valor dessa multa para 1.000 UFIRs, porque entende-se como base na Constituição, que uma multa não pode ter poderes confiscatórios, prevendo que empresa de menor porte: microempresas, microindústrias, seriam muito punidas com essa desproporção.

Hoje, o projeto recebeu e tem o parecer favorável tanto da CCJ, como também da Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL, o parecer favorável de uma diligência que foi feita à Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Portanto, está cancelado por todas as comissões competentes e mais a Secretaria do Meio Ambiente, para que esta proposição, Srs. Deputados, prospere e fique finalmente para que o Governador decida ser ou não viável no estado do Paraná termos uma lei que regulamente, que crie o mecanismo que possa o meio ambiente e, obviamente, a sociedade paranaense, ser beneficiada com o não lançar no lixo comum os equipamentos tecnológicos que são, conforme já foi exaustivamente dito, desta mesma tribuna, tanto por mim, como pela Deputada Rosane, como pelo Deputado Cheida e outros mais, foi enfatizado dos danos que todos os componentes desse lixo eletrônico, eletroeletrônico ou lixo tecnológico podem causar ao meio ambiente, tantos às águas, aos lençóis freáticos, como à flora e à fauna e desencadeando uma infinidade de possíveis enfermidades, inclusive cancerígenas, por causa dos componentes que contêm determinados elementos profundamente nocivos à saúde.

Essa seria a nossa fala, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, reforçando a importância de que todos os senhores e senhoras votem favoravelmente a esta proposição.

Quero aproveitar o ensejo para frisar o quanto a sociedade está atenta a este tema. O Rio Grande do Sul, o nosso estado vizinho, tem inclusive entidades que já anteciparam e fazem esse trabalho através de ONGs das quais eu destaco uma entidade chamada PEACOC. Essa entidade produziu um projeto muito parecido com esse pro-

posto por nós, Parlamentares, do destino final do lixo tecnológico.

Aqui no estado do Paraná foi há questão de duas semanas, visitado por uma acadêmica de pós-graduação, o UNIPOSITIVO, que tem como tese do seu mestrado justamente esse tema: o destino final do lixo tecnológico, inclusive com o apoio dessa mega-estrutura de ensino que é a UNIPOSITIVO. Foi a Mirelle Zaneti, uma jovem muito simpática que me fez questionamentos com respeito: “Qual seria, após aprovação do Governador, o mecanismo adotado para o destino final desse lixo tecnológico?”

Para resumir, para o entendimento de V. Exas., de uma forma bem simplificada, mal comparando, é o que já é feito com o destino final das baterias de celulares. As empresas que fabricam, que distribuem e que comercializam celulares já disponibilizam o lugar específico de coleta dessas baterias que são recolhidas e que são conduzidas, ecologicamente corretas, para os seus respectivos fabricantes.

Então, a nossa proposta em muito se assemelha a esse mecanismo que deu certo e que funciona, só que dessa vez de uma forma mais ampla, envolvendo todo e qualquer tipo de eletroeletrônico que, descartado, possa não mais agredir o meio ambiente, mas voltar ao seu estado de origem e conseqüentemente ser reaproveitado como matéria-prima.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, passo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Apenas uma questão ordem e um comunicado à Casa. Estamos convidando amanhã, através da Liderança da Oposição e fica estendido a todos os Parlamentares, que traremos aqui um Consultor que entende de porto para fazer explanações a partir das 17h, quando terminarmos a Sessão na sala da CCJ com autorização do Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para saber realmente se o Deputado Valdir Rossoni pudesse declinar quem é esse Consultor que virá fazer essa explanação sobre o porto de Paranaguá. Sempre revelamos quem são as pessoas que convidamos nos acordos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

É um Consultor e o nome dele é Dr. Prange.

É um expert em porto. Nós já ouvimos os Diretores do porto e é bom ouvirmos alguém que entenda de

porto para formatarmos opiniões e podermos sugerir soluções ao Governo sobre o porto de Paranaguá.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje pela manhã, uma importante reunião aconteceu no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Uma reunião que começou às 9h da manhã e findou em torno de 13h30. Uma reunião marcada, orquestrada pela Comissão de Agricultura e também da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a qual discutiu a privatização da Ultrafertil, e em especial o aumento dos fertilizantes no Brasil e no mundo.

O tema é um tanto preocupante, Sr. Presidente. Vimos, no último ano e meio, os fertilizantes subirem bem mais de 100%, sendo que os fertilizantes são balizados e tem como preço, a moeda, o dólar. Mesmo o dólar desvalorizando e o real ficando mais forte, os preços dos fertilizantes continuaram subindo. Eu pessoalmente me questionava, com certeza, essas empresas produtoras de matéria-prima, em especial a Bunge, Eringe e outras grandes empresas, a Cargil, elas estão ficando com a parte do leão. Interessante é que com os preços dos produtos, a soja, o milho, o arroz e o feijão sobem no mercado, o preço dos fertilizantes sobe atrás.

Mas foi um tanto quanto interessante a reunião na manhã de hoje. O representante do Ministério da Agricultura que esteve, teve um representante das empresas de fertilizantes, enfim, várias colocações foram feitas. O que guardei de tudo isso é que o mundo está consumindo ainda mais. Não só alimentos, o mundo está consumindo mais fertilizantes e outros tantos produtos.

Só para vocês terem uma idéia de quais são os países maiores produtores de nitrogênio, de fósforo e de potássio, que são aquela matéria-prima do adubo que usamos na agricultura, o nitrogênio, a China é a maior produtora, seguida dos Estados Unidos, da Índia, da Rússia e lá em baixo na fila vem o Brasil, que produz 1% do nitrogênio mundial e consome 2% do nitrogênio mundial. Depois vem o fósforo, que é um dos componentes da fórmula do adubo. Os Estados Unidos são o maior produtor, seguido do Marrocos, da Rússia e da China, sendo que a produção brasileira de fósforo é de 4% da produção mundial e o consumo do Brasil é de 8% da produção mundial. Do cloreto de potássio, o maior produtor do mundo é o Canadá, seguido da Rússia, da Alemanha, da Bielorrússia e o Brasil produz praticamente nada do cloreto de potássio, sendo que quase tudo é importado.

Para vocês terem uma idéia, dos maiores consumidores do mundo, a China consome 30% dos fertilizantes do planeta, a Índia consome 13% dos fertilizantes produzidos no mundo, os Estados Unidos consomem 12% dos fertilizantes, o Brasil consome 6% da produção mundial e o Paquistão consome 2% da produção mundial. Para

vocês terem uma idéia daquilo que o Brasil produz e daquilo que o Brasil consome dos produtos: do nitrogênio, o Brasil produz 25% daquilo que consome e 75% é importado de outros países; sobre o fósforo, o Brasil produz 49% do fósforo que consome e importa 51%; e sobre o potássio, a produção do Brasil é só de 9% das necessidades de consumo do país e importa 91% do cloreto de potássio de outros países.

Agora quero finalizar e dar o direcionamento para analisarmos a alta do preço mundial dos fertilizantes, do NPK. Para vocês terem uma idéia, o cloreto de potássio, o KCL, no mês de setembro de 2007, a tonelada no mercado internacional era de US\$ 314 e agora, em maio de 2008, para importar o KCL nós pagamos US\$ 750 a tonelada. Vejam bem, de US\$ 314 ele saltou para US\$ 750. A uréia era US\$ 402 em setembro de 2007 e saltou para US\$ 650 no mercado internacional. O fósforo saltou de US\$ 501 a tonelada em setembro de 2007 e hoje está sendo pago para importar US\$ 1.250.

Essa é a realidade do mercado internacional de fertilizantes e, entre toda a discussão que tivemos hoje, passou no centro dos debates a privatização da Ultrafertil. Uma empresa que era de propriedade do Governo Federal, da PETROBRAS, e que acabou sendo privatizada lá no Governo do Presidente Itamar Franco e isso fez com que, naturalmente, não tivesse mais o Poder Público fornecendo e produzindo fertilizantes e, naturalmente, não tivemos mais a condição de fazer com que o preço dos fertilizantes tivesse uma âncora, que era naquela época a Ultrafertil, que era uma empresa pública.

O problema, Sr. Presidente e Professor Luizão, quem presidiu hoje a reunião aqui com relação ao preço dos fertilizantes, é preocupante! Não vemos, a curto prazo de tempo, um caminho próspero para podermos ver a diminuição desses preços, ou até mesmo continuar nos mesmos patamares que hoje está, porque a verdade é uma: os preços dos alimentos estão subindo. Estão, sim, porque a Índia e a China estão comendo mais. A China tem 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, a Índia 900 milhões de habitantes e no total são 2 bilhões e 200 milhões de habitantes somando só esses dois países e com a abertura da economia que houve na China, fez com que os chineses ganhassem mais, e ganhando mais estão consumindo mais, e em especial, estão comendo arroz, estão comendo o frango - que é alimentado com o milho e com o farelo de soja - estão comendo feijão, enfim, estão comendo muito mais. E isso naturalmente, fez com que o estoque regulador do mundo viesse a diminuir, e hoje nós temos alta dos preços dos alimentos, porque os estoques diminuíram e as áreas de produção de grãos no nosso país que querem crescer; tem a questão ambiental, que vem fazendo com que as áreas não possam avançar, muitas vezes a radicalização dos órgãos ambientais fazem com que nós não consigamos ver mais áreas no nosso país plantadas.

E não estou falando da floresta amazônica não, estou falando em área de pastagem, estou falando do ser-

rado brasileiro, que temos milhões e milhões de hectares parados e que hoje os órgãos ambientais dificultam o avanço da agricultura no Brasil. Deixo aqui claro por tudo o que vi na manhã de hoje, é preocupante o preço dos fertilizantes no mundo e em especial no Brasil. Os produtores terão que comprar fertilizantes mais caros e com isso terão que repassar lá na ponta para os produtores. Não é bom tudo o que eu vi na manhã de hoje com relação ao preço dos fertilizantes no planeta.

Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa. Ainda no horário das Lideranças: Partido Progressista, PP. Com a palavra Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, pessoal que nos honra acompanhando os trabalhos da Assembléia Legislativa através da TV SINAL.

Sr. Presidente, daqui a pouco vamos votar uma matéria de alto interesse do Tribunal de Contas do Paraná, amanhã entra em votação uma matéria reajustando os salários dos servidores do Executivo. O Governador do Estado foi muito econômico nesse aumento que está propondo para o funcionalismo, um aumento tão pequeno, tão insignificante, curioso é que mal subiu o óleo diesel e o Governo do Estado corrigiu o preço da passagem do ônibus aqui no Paraná.

Fiz um comparativo, Srs. Deputados, nós vamos voltar Assembléia Legislativa assunto, a tarifa por quilômetro rodado pelo Governo Federal para o transporte de passageiros nos ônibus que vão de um estado para o outro, o quilômetro rodado é muito mais barato do que a tarifa aqui do Paraná, mas muito mais. E o Requião aumentou a tarifa do transporte de passageiros mais até do que a proposta dele de reajuste salarial para o servidor do Poder Executivo, incluindo os sofridos militares.

E há também Presidente Augustinho Zucchi, a lembrança de que um dia V. Exa. estava aí nessa poltrona de Presidente - e essa poltrona é muito forte - em que foi assumido um compromisso com os funcionários da Assembléia Legislativa, de que no momento adequado também se acertaria o reajuste salarial para os servidores desta Casa. Lamentavelmente o que foi acertado aqui caiu no vazio, caiu no esquecimento e esta Casa tem, e é o seu dever, acertar os problemas do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, do Poder Executivo, mas lamentavelmente os servidores da nossa Casa, desse Poder, continuam naquela ansiedade, naquela expectativa por esse reajuste tão fundamental. Acho que teria sido importante que a gente aproveitasse esse momento para corrigir essa injustiça com esses valorosos e valorosas servidores da Assembléia Legislativa.

Presidente, outro assunto que nos traz à tribuna é a pedofilia é a violência sexual. É internet sendo usada descaradamente por pedófilos. É a mãe e o pai que manda o filho a uma igreja, e o nosso respeito, porque a igreja é a Casa do Senhor. Tem tanto Pastor e Padre que admiramos. Mas ficamos tristes quando vem a público que o mau líder religioso utiliza a casa, que é a Casa de Deus, para abusar daquela criança. É um líder do “capeta”!

Lembro-me de uma ocasião, na minha região de Londrina, um casal de trabalhadores de enxada estavam na beira da estrada, e vinha um caminhão e deram com a mão para pedir carona. O motorista, que era um fazendeiro, mandou a mulher entrar e disse para o marido colocar a mala em cima da carroceria. No que o coitado foi colocar, ele bateu a porta e levou a mulher do caboclo. Lá na frente abusou da mulher.

Aí, o caboclo chegou no patrimônio e contou para os amigos o que aconteceu com a esposa dele. O pessoal falou: “Esse fazendeiro foi para lá e mais tarde vai ter que voltar para cá”. E não deu outra, esperaram o fazendeiro e, quando o fazendeiro estava vindo com o caminhão, eles cercaram o caminhão, cercaram a estrada, amarraram o fazendeiro, caparam e botaram um monte de sal e o fazendeiro acabou morrendo. Nunca mais vai violentar mulher de ninguém.

É tanto caso de violência sexual que está virando rotina. Na cidade de Pitanga o cidadão dava balinha e levava as crianças para o matagal, perto da casa das crianças, e abusou, já comprovado, de 11 crianças. Para acabar com esse abuso o Código Penal Brasileiro tem que ser mudado, alterado.

Não precisa matar o tarado, não. Nem deixar na cadeia. Toda pessoa que abusar de uma criança dá uma castrada, bota ali um quilo de sal e uma pimenta bem ardida e diz: “Pode ir embora!”

É um absurdo a violência contra crianças e adolescentes.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Acompanho seu pronunciamento atentamente.

V. Exa. falou de abusos na internet e me fez lembrar que no ano passado, apresentamos nesta Casa, um projeto que criava o Conselho de Segurança para Crime da Internet. E também, fizemos uma indicação e pedidos para que se criasse no estado do Paraná, e fosse exemplo para o Brasil, uma Delegacia Especial para Crimes Cibernéticos.

Porque estamos vendo, dia após dia, problemas graves com relação à internet. Montagens de fotos de moças, de pessoas que utilizam a internet para denegrir a imagem das pessoas. E também cometer crimes como o caso que V. Exa. relatou aqui.

V. Exa. está repleto de razão. Temos que ficar atentos a respeito desse assunto, principalmente com relação aos crimes cibernéticos. Muito obrigado!

O SR. ANTONIO BELINATI

É a defesa que faço. Esses tarados, pedófilos que abusam de maneira tão cruel e irresponsável de crianças e adolescentes, naturalmente, vão formar um cordão contra Antônio Belinati, vão me combater, “não vamos mais votar nele!” Podem me combater. Não queremos ter nenhuma simpatia por parte daqueles que não respeitam a inocência de uma criança.

Às vezes até parente. Sabemos que muita violência contra crianças, muitas vezes, infelizmente, ocorre dentro do próprio lar, praticado, às vezes, pelo pai que é um monstro, por um mau padrasto, por um irmão, por um sobrinho, por um primo. Mas volto a acrescentar em tudo isso, que muitas pessoas impunes estão abusando, e faz muito tempo, da paciência do povo brasileiro. Estão virando uma rotina na imprensa, notícias sobre abusos, sobre violência, sobre pedofilia.

Então, Presidente, termino reafirmando: peguem esses tarados! Castrem! Botem um quilo de sal, botem pimenta aí porque é o único caminho para que eles respeitem as crianças e os adolescentes!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, PT.

(Declina)

Liderança do Governo. Tem a palavra o Deputado Romanelli por 10 minutos.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)*****O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Estava, ainda pouco, nesta tribuna de honra, com algumas pessoas do interior, conversando, e estavam eles com uma pesquisa de intenção de voto para Prefeito. Não vou revelar o município para respeitar a legislação eleitoral. É um candidato a Prefeito que está com índices extraordinários. Rosalvo, Chefe de gabinete do Deputado Welter, acompanhou comigo a leitura da pesquisa da Paraná Pesquisa. Mas por que estou falando isso? Por que o índice de aprovação desse município do Presidente Lula, que é um município do norte pioneiro, é de 76%. Setenta e seis por cento aprovam a Administração Federal e 81,5% aprovam a administração do Governador Requião. Não vou revelar o município, mas fico ouvindo alguns pronunciamentos aqui nesta Casa em que alguns Parlamentares querem transformar, como se vivêssemos num caos, questões pontuais e trazem como notícias questões que tem sido debatidas, Deputado Jocelito, há tanto tempo já, por V. Exa. inclusive.

Entendo que há um processo de escandalização da gestão de políticas públicas. Quero dizer que esta Casa tem que debater todos os temas com a profundidade, mas com a responsabilidade que todos nós somos portadores na medida que representamos as comunidades que nos elegeram. Por isso, Sr. Presidente, sinceramente, entendo

que é um momento que esta Casa tem que debater com seriedade os temas que são profundos e são edificadores de uma mudança estrutural, é claro, na economia do estado do Paraná, como foi aliás, a Audiência Pública realizada na manhã de hoje.

Quando que esta Casa recebeu um Presidente de uma Comissão Mista do Orçamento junto com a Relatora do orçamento? Lamento, Sr. Presidente, infelizmente, que não havia um número significativo de Parlamentares, talvez até pouco. Reclamei com o Presidente Nelson Justus. Até um pouco com a desinformação que, muitas vezes, as pessoas não sabiam. A Deputada Rosane me dizia, ainda, que só foi informada da importância dessa reunião às 9h 55 da manhã. Quantos Parlamentares aqui não ficaram sabendo? Então, quero dizer que perdemos grandes oportunidades de debater temas importantes e relevantes, que são fundamentais.

Depois da reunião, acompanhei o almoço com o Governador, quando o Requião, com o Presidente do Tribunal de Justiça, colocou como um dos pleitos do Paraná incluímos na Lei das Diretrizes Orçamentárias, que é isso que estava em debate hoje nesta Casa, uma das questões interessantes para o Paraná, que é o Centro Judiciário de Curitiba, como uma obra que a Bancada Federal pode coletivamente elencar como uma das cinco obras importantes do nosso estado, entre outras questões que devem ser debatidas por esta Casa e aprofundadas, como os grandes pleitos que devemos levar ao Governo Federal e exigir, e aí a discussão foi muito interessante.

Nós Parlamentares que integramos o PARLASUL, temo que ter maior articulação em relação a questões que são importantes, porque o sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, temos a mesma realidade, as mesmas demandas. Aquilo que é bom para o Paraná é bom para Santa Catarina e é bom para o Rio Grande do Sul, e da mesma forma nos estados que têm economias complementares e que devem estar cada vez mais integrados às mesmas políticas de desenvolvimento da nossa região. Entendo que esta Casa tem que aprofundar esse debate que é importantíssimo.

Queria também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é necessário, sim, Deputado Valdir Rossoni, que possamos aprofundar a discussão sobre temas que envolvem o porto de Paranaguá. Estive visitando, junto com Governador Requião, no último sábado, o navio Rio de la Plata, que esteve fazendo uma operação de contêineres no porto, num terminal que tem 18 mil contêineres. É mais interessante, entendo que esta Casa muitas vezes discute as questões do porto de Paranaguá descolada da realidade do porto. Primeiro, fui lá ver o navio novo. Está fazendo a primeira viagem, o maior navio de contêineres do mundo, porque carrega 5 mil 900 contêineres refrigerados. O interessante é que este navio tem 300 metros de comprimento. Estava lá atracado, absolutamente normal a operação.

Uma pena, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que é um Parlamentar jovem, não ter visitado o porto. Até ia

ver alguns pombos lá, mas andei pela faixa portuária. O terminal de contêineres está mais organizado que os espaços aqui da Assembleia Legislativa. Absolutamente limpo, organizado, extremamente bem dimensionado e operando com absoluta normalidade. Como também estava operando normalmente o porto de Paranaguá. Conversei com pessoas e, sinceramente, Deputado Valdir Rossoni, às vezes vejo V. Exa. falando sobre o porto de Paranaguá, entendo que a Oposição tem o direito de fazer a crítica, mas tem que tomar cuidado, às vezes, com os informantes. Entendo que há setores privatistas, mal intencionados, que querem de fato atacar o nosso porto público. O Porto vai muito bem.

Há um desafio em relação à questão da dragagem. Aliás, vou fazer um comparativo: aquele navio de 300 metros, que é o maior navio de contêineres do mundo, estava saindo de Paranaguá e indo direto para a China. Vai demorar 24 dias para chegar na China. Mas esse navio, Deputado Teruo Kato, custou US\$ 75 milhões. Numa conta rápida, US\$ 75 milhões dá como R\$ 120 milhões, ao preço do dólar de hoje. É isto, mais ou menos, Deputado Rossoni?

Sabem quanto querem para fazer a dragagem do porto de Paranaguá? Cento e sessenta milhões de reais. Ou seja, é um navio inteiro daquele e mais R\$ 40 milhões. Uma coisa, sinceramente, é impressionante, temos que discutir esse tema de dragagem que tem um interesse por trás disso, tem uma jogada por trás dessa questão da dragagem que temos que nos aprofundar nisso.

Olha, o porto de Paranaguá está com um calado, autorizado pela Marinha, e olha, vou dizer, Deputado Rossoni, conversei com um representante da Marinha que estava lá na solenidade e me contou também algumas histórias sobre a dragagem de 2006, que eu não sabia, e que talvez V. Exa. não saiba quando a draga ficou operando um dia e que teve interesses muito pontuais trabalhando contra a dragagem do porto de Paranaguá, por conta dos interesses particulares.

Percebo que esta questão da dragagem é emblemática. Tem interesses por trás disso que são muito interessantes. Por isso que sou favorável a uma discussão, um debate público sobre esse tema. Vamos aprofundar, vamos “pisar no rabo do gato” e vamos ver que vai ter muitos gatos miando em lugares que nem esperamos, por conta que tem muita gente interessada nesse tema e o interesse não é a favor...

(Término do tempo)

Eu concluo, Exa. Então, quero dizer que a questão tem que ser debatida, tem que ser discutida, mas com uma visão do interesse do povo paranaense, porque não me venham aqui querer comparar o porto de Paranaguá com o “lagoão” que é o porto de Itajaí nem de São Francisco. Não vamos comparar o nosso porto com portos que, na verdade, não têm a menor capacidade de serem comparados. Pode comparar com Santos, que aliás, tem o mesmo calado, Deputado Marcelo Rangel, de Paranaguá.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Na Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Como diz o meu netinho: “Santo bebe?”

Deputado Romanelli, primeiro minha saudação. Falar sobre o porto de Paranaguá. Que bom! V. Exa. a cada dia vai evoluindo e demonstra a vontade de discutir o porto de Paranaguá.

Preocupou-me, um pouco, quando V. Exa. falou que vamos pisar em algum rabo de gato lá. Eu nunca coloquei desta forma. Eu sabia que tinha pombo. Gato eu não sabia que tinha no porto. Mas se tiver, vamos a procura deles.

A outra questão - V. Exa., e aí está nossa dúvida, primeiro eu gostaria de estar lá vendo este navio, mas certamente não seria convidado pelo Governador, porque o Governador teve uma atitude estranha com o Líder da Oposição - ele foi numa cerimônia, Deputado Elio Rusch, no sudoeste, e o cerimonial, talvez a memória, eu não saio da memória do cerimonial, e ele foi chamar um cidadão com o nome de Rosseto, uma coisa assim, e falou Rossoni. Diz que o Governador fez o seguinte: “Xô, Satanás, Xô, Satanás”, quer dizer, eu sei que as diferenças são grandes, mas eu quero trazer o Governador para perto de mim para que ele ouça um pouco a nossa palavra.

Por exemplo, porto de Paranaguá - o Deputado falou aqui que parece que a maravilha do século aconteceu no final de semana. Totalmente desprovido da realidade do que aconteceu. É bem, o que falou - descolado da realidade. O navio que esteve no porto, primeiro não esteve no porto público, esteve no porto privado. Carregando. Segundo, o navio que ele diz que é o maior do mundo, não é o maior do mundo e eu comprovo.

Terceiro, sabe como é que ele saiu carregado para a China, não? Ele saiu de Paranaguá, mas não com carga completa, aí é que nós questionamos a funcionalidade do porto! Por que ele não sai com carga completa, Deputado Rangel? Ele não sai com carga completa porque não tem calado. E o pior, quando se fala em calado você está falando em questão de maré. Outro dia veio um cidadão ali me prestar essa informação, eu também não sabia: tem um gráfico que durante as 24h esse calado permitido pela Marinha acontece alguns minutos. Então o navio está atracado, o calado está permitido ele se desloca, senão ele tem que ficar parado lá no local aguardando aumentar o calado, quer dizer a maré subir. Se você pegar o gráfico você vai observar, que o navio tem poucos minutos para se deslocar e sair do canal senão ele não tem por onde sair.

Deus queira, Deputado Praczyk, Deus queira que eu esteja totalmente equivocado, porque acima da minha verdade eu quero o bem do Paraná, eu quero o Paraná acima de tudo, quero o porto de Paranaguá funcionando. Agora algo estranho tem no porto, porque há quantos anos não se faz a dragagem? Eu não estou aqui defendendo A ou B que faça a dragagem, faça a dragagem de uma forma lícita. Qual é a forma lícita? Faça um projeto de dragagem, faça uma licitação correta, dentro dos ditames da lei que nós estamos de acordo!

Agora, Deputado Romanelli, meu caro amigo, veio aqui há um ano atrás, quando nós estávamos levantando essa polêmica do porto uma Comissão de alto nível, trouxe gráficos maravilhosos. A Deputada Rosane me falou: “Eu fiquei surpreendida com os gráficos do Porto”. Mas Deputada Rosane, aquela Comissão que veio aqui para defender a dragagem do porto que fez e que aprovou o projeto hoje não faz mais parte, nunca mais foi ouvida depois daquele dia! Amanhã, às 17h nós teremos aqui o outro lado da história.

É importante ressaltar, outro dia veio aqui um Diretor do porto de Antonina, o Dr. Dividino, na verdade ele aqui contradisse o que o Governador disse na “escolinha”. O Governador lançou uma idéia, outro dia na “escolinha” que pareceu fantástica, eu fiquei feliz: vou comprar uma draga para resolver o problema da calagem. Eu disse: até que enfim, uma draga para fazer a dragagem! Fiquei feliz: opa, o Governador agora tomou uma atitude. Achando que era a solução, sabem o que o Dr. Dividino, que é Diretor nomeado em cargo de confiança do Governador e do Superintendente do porto que é irmão do Governador, disse que a compra da draga, até comprar, até nacionalizar, até colocar em operação, leva um ano. E o pior e aí o Deputado Romanelli também ficou estupefato, ele disse: “A draga que será comprada será para manutenção, não para dragar o porto.” Isto dito, não fui que disse, estou apenas reprisando aqui o que o Diretor Dividino disse da situação da draga para dragar o porto que o Governador falou. Então há uma discrepância, não há uma concordância entre o que o Governador disse e na realidade o que o Diretor disse.

Amanhã teremos uma terceira parte, e disse bem V. Exa.: “Vamos aprofundar esse caso.” Este Sr. que vem aqui não é empregado do porto, ele não é ligado à Liderança da Oposição ele é um Consultor, é uma pessoa que quando acontece algo com o navio, ele dá o parecer se o navio tem, por exemplo, direito de receber o seguro ou não tem. É uma pessoa dessa área. Ele vai falar sobre essa situação e vamos devagar aprofundando o nosso conhecimento do porto.

Deputado Romanelli, vamos para o porto. Deputado Rangel, vamos para o porto. Vamos pegar quarta-feira, vamos lá. Não quero andar de carro, Deputado Romanelli, quero andar a pé. Quero ir a alguns lugares que fui da outra vez para ver se melhorou. Se melhorou, vou dizer: oh, Deputado, melhorou!

Agora, tenho muito medo de ir ao silão a pé, não de carro, porque quem passa de carro não vê o que está dentro do silão.

Com o aparte o Deputado Caíto Quintana, em homenagem a Francisco Beltrão.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Em homenagem a Francisco Beltrão e ao sudoeste.

Deputado, acho que existe uma consciência geral que temos que fazer uma dragagem no porto. Acho também que nenhum de nós espera ou quer, e muito menos a administração do porto quer que haja encalhamento de um navio.

A questão é que o estado tem procurado efetivar essa dragagem e não tem conseguido. V. Exa. é testemunha, houve inclusive uma concorrência pública e essa concorrência acabou não tendo participação. Temos que visualizar, inclusive, a quantidade mínima e o monopólio de dragas que temos no Brasil. Por isso que o Governador Requião fala em adquirir uma draga.

Agora, temos um problema, gostaria de convidar o Deputado Valdir Rossoni e todos os Deputados desta Casa para que nos empenhássemos em direcionar uma solução. Qual? Comprar uma draga sem concorrência, não tem como. Comprar uma draga que não tenha disponível no mercado, também não tem como. Portanto, demora. Fazer essa dragagem através dos instrumentos da legislação, tem que se fazer uma licitação, ou tem que contratar uma draga disponível, mesmo com dispensa de licitação.

Portanto, temos um problema e temos que encontrar uma solução.

A partir de amanhã, dessa Audiência Pública, continuaremos discutindo o assunto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vou conceder 20 segundos ao Deputado Plauto. Mas, Deputado Caíto, é lógico que se estamos mostrando o problema, é porque queremos solução. Mas quem tem a responsabilidade da solução é a direção do porto. Faz cinco anos que estão enrolando com essa questão de compra draga, não compra draga, contrata dragagem, não contrata dragagem. É uma situação que quem deve explicar é quem tem a responsabilidade.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas) (Aparte)

Agradeço. Só para deixar registrado nos Anais da Casa que hoje está fazendo cinco anos que o curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi fechado, pelas mãos do Governador Roberto Requião.

Cinco anos se passaram e no final deste ano estariam os alunos tendo a condição de formar-se no curso e Ponta Grossa tem isso marcado na sua memória, esse ato do Governador Requião, naquele dia que levou um sério prejuízo à região dos campos gerais, ao Paraná e à nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem a Deputada Beti Pavin.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para esclarecer com relação àquela Audiência que houve hoje pela manhã, com relação à LDO da união, dizer que esse foi um evento que foi organizado aqui pelo cerimonial da Assembléia Legislativa. Em função disso, não sei se a coisa foi armada muito em cima da hora, não sei o que houve que os convites não chegaram até os nobres Deputados.

Então, só para dizer, Deputado Romanelli, que fez uma menção aí com relação que recebeu o convite hoje cedo, que não foi a Comissão de Orçamento da Casa que organizou esse evento.

Obrigada.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 033/08, subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando à Mesa Executiva que seja controlada a frequência dos Srs. Parlamentares às Sessões Plenárias desta Casa de Leis, como também sejam descontados de seus vencimentos as suas faltas. **À Comissão Executiva.**

Ofício nº 081/08, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (12/05/08) pelo motivo de estar participando de inauguração da Escola Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva, no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, a partir das 15h. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 111/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a criação da Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social aos Portadores de Necessidades Especiais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Nelson Justus e Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Apenas esclarecendo os telespectadores que às vezes nos questionam através de e-mail, quando falamos “apoiado”, não quer dizer aprovado. Apenas e tão somente o Plenário apóia para que o projeto tenha tramitação e muitos dos Deputados que apóiam o projeto para tramitação deverão, obviamente, depois ter uma posição favorável ou não, conforme a sua análise e convicção.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/07, de autoria dos Deputados Edson Praczyk e Rosane Ferreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática, a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM e SEMA. COM EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO, AO PROJETO DE LEI Nº 142/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente emenda aditiva, apresentada em Plenário pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, visava incluir ao Projeto de Lei nº 142/07, de sua autoria, artigo que estipula multa no valor de 10.000 (dez mil) UPF/PR para o estabelecimento que descumprir os preceitos constantes no projeto apresentado. Porém, o autor alterou a emenda estipulando o valor de 1.000 (um mil) UPF/PR, que ora se analisa.

Fundamentação

O projeto de lei, objeto da presente emenda aditiva, obriga as empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática instaladas no Paraná, a recolhê-los quando inutilizados, e a proceder à destinação dos mesmo sem causar poluição ambiental.

O objetivo da emenda em análise, consiste em incluir disposição referente a multa a ser aplicada aos estabelecimentos em desacordo com as normas prescritas pelo referido projeto.

O nobre Deputado estipulou inicialmente a multa no valor de 10.000 (dez mil) UPF/PR, e posteriormente no valor de 1.000 (um mil) UPF/PR, desta forma, cumpre averiguar a legalidade e constitucionalidade de tal fixação.

Inicialmente, vejamos a finalidade da multa na órbita jurídica. Consoante o magistério de Celso Antônio Bandeira de Mello, multa cumpre uma função intimidadora, entre elas, podem ser discernidas as que limitam a cumprir esta finalidade; as que, além disto, visam a ressarcir a Administração de algum prejuízo que a ação ou inação do administrado lhe causou, são as multas ressarcitórias, reparatórias ou compensatórias.

As multas constituem modalidade sancionadora aplicada ao administrado que descumprir obrigação imposta pela Administração. No que diz respeito à multa proposta pelo Parlamentar na emenda aditiva, aquela possui função intimidadora, para que os estabelecimentos não venham a descumprir o disposto no projeto de lei, e uma vez não observado, para que não venham cometer o ato novamente.

Porém, conforme ressalta o mencionado autor, “tal como as demais sanções administrativas, as multas têm que atender ao princípio da proporcionalidade, sem o quê serão inválidas. Além disto, por muito grave que haja sido a infração, as multas não podem ser confiscatórias, isto é, de valor tão elevado que acabem por compor um verdadeiro confisco. (destaque nosso).

Não obstante a legitimidade da previsão da multa, verifica-se que no tocante ao valor estipulado, qual seja o de 1.000 (um mil) UPF/PR, um valor razoável, atendendo aos ditames constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade.

Portanto, pode-se constatar que o valor da multa estipulada não possui caráter confiscatório, e conseqüentemente, não fere também o princípio da livre iniciativa, o qual constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos da Constituição Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do distrito federal, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos:

(...)

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (grifo nosso)

Ainda, o referido princípio é considerado como fundamento da ordem econômica e atribui à iniciativa privada o papel primordial na produção ou circulação de bens ou serviços, constituindo a base sobre a qual se constrói a ordem econômica, cabendo ao estado apenas uma função supletiva.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

Cumpramos salientar, que os princípios constitucionais fundamentam todas as demais normas do nosso Ordenamento Jurídico, razão pela qual estão situados em posição de superioridade visto que as normas subordinadas não podem contrariar as normas de hierarquia superior.

Neste sentido, leciona o doutrinador José Afonso da Silva: “princípio exprime a noção máxima de um sistema”¹.

Ainda, vejamos o seguinte posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ): Limitações à livre iniciativa: STJ - “Devem corresponder às justas exigências do interesse público que as motiva, sem o aniquilamento das atividades reguladas (Ementário STJ, nº 11/254 - Resp. nº 29.299-6 - RS. Rel. Min. Demócrito Reinaldo, 1ª T., unânime, Diário da Justiça, 17/10/94).

Assim verifica-se que a presente emenda aditiva após sua correção pelo autor, não fere o princípio da livre iniciativa, nem encontra qualquer outro impedimento de ordem legal ou constitucional.

Conclusão

Diante do exposto e pela constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação da emenda aditiva apresentada.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

Apoiamento:

Edgar Bueno, Duílio Genari, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Durval Amaral, Reni Pereira e Nereu Moura.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda de Plenário. **Aprovada.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 795/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a Lei nº 12493, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 795/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 10 da Lei Estadual nº 12493, de 22/01/99, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º, 2º e 3º, com a seguinte redação:

1. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 29 ed. Malheiros. p. 91.

“Art. 10...

§ 1º Os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais radioativos e explosivos, devem, preferencialmente, ser instalados a uma distância mínima de 10 (dez) quilômetros de núcleos populacionais.

§ 2º Os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais perigosos - Classe 1 (tóxicos, inflamáveis, reativos, corrosivos e patogênicos), deverão ser localizados de acordo com os critérios estabelecidos na legislação ambiental vigente.

§ 3º Todos os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais devem obrigatoriamente submeter ao órgão ambiental competente, os estudos ambientais necessários ao seu licenciamento prévio, que serão definidos em razão do seu porte, risco, localização e potencial poluidor.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15456, de 15/01/07, publicada no Diário Oficial nº 7401, de 31/01/07.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 031/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/08, de 19/02/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 127/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Maria, com sede e foro no município de Mallet. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/08, de 01/04/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 623/07, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos e carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 14 (quatorze), nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 828/07

Suprima-se *in totum* o artigo 33 do Projeto de Lei nº 828/07.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Marcelo Rangel e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

O artigo cuja supressão está sendo proposta tem o seguinte teor:

Art. 33. Os ocupantes dos cargos em extinção, conforme o artigo 173 da Lei Complementar 113/05 de 15/12/05, não poderão ter vencimento básico inferior ao do último nível e referência do cargo de Analista de Controle.

O artigo 173 da Lei Complementar nº 113 reza: ficam extintos os cargos de Consultor Técnico e de Consultor Jurídico.

§ 1º Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput integrarão o quadro em extinção.

O dispositivo impugnado fere o princípio constitucional da isonomia pois todos os demais cargos em extinção são contemplados pelo artigo 7º que determina a organização em níveis e referências.

Os contemplados pelo artigo 33 têm uma garantia vitalícia pois sempre estarão no final de carreira do Analista de Controle.

O tratamento deve ser isonômico entre todos os abrangidos pela nova lei.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Adite-se ao artigo 13 parágrafo com o seguinte teor:

“Parágrafo Único. Os servidores abrangidos por esta lei somente poderão ser enquadrados nos grupos I - Analista de Controle, II - Técnico de Controle e III - Auxiliar de Controle se aprovados em concurso público cujo requisito de escolaridade para o ingresso tenha sido aquele exigido para cada um dos grupos criados por este artigo.”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Marcelo Rangel e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

A Proposição nº 828/07 transforma cargos atuais em três grupos.

O requisito de escolaridade para o grupo I é Nível Superior, para o grupo II Nível Médio, para o grupo III Ensino Fundamental.

A presente emenda visa preservar a constitucionalidade da norma para que não ofenda o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

O inciso mencionado determina que o acesso aos cargos públicos deve ser dar por meio de concurso público.

Desta forma fica vedado o provimento derivado que consiste em ingressar no serviço público em um nível de escolaridade e ser transposto para outro de grau superior.

Aprovado este parágrafo fica assegurado que servidores cujo requisito de escolaridade para o ingresso era determinado nível não possam ser enquadrados em outro.

A emenda visa preservar a constitucionalidade da proposição.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

O parágrafo único do artigo 31 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31...

Parágrafo Único. Fica vedada a cessão ou colocação à disposição de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para entidades de natureza privada, exceto para o sindicato de classe nos termos da legislação vigente.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Marcelo Rangel, Valdir Rossoni, Antonio Belinati, Douglas Fabrício e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

Alterar a redação para a preservação de hierarquia de leis, tendo em vista que o assunto encontra regramento em lei estadual específica, que não pode ser alterada por lei genérica.

EMENDA SUPRESSIVA DE Nº 04 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

Fica suprimida a redação contida no artigo 31 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 828/07:

“Art. 31. Os ocupantes dos cargos em extinção, conforme o artigo 173 da Lei Complementar nº 113/05, de 15/12/05, não poderão ter vencimento básico inferior ao do último nível e referência do cargo de Analista de Controle.”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira e Elton Welter.

EMENDA ADITIVA DE Nº 05 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

Inclua-se ao inciso I do artigo 4º, do Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 828/07, a seguinte redação:

“Art. 4º...

I - valorização da qualificação técnica continuada dos servidor e efetivo tempo de serviço, específico na atual carreira;”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira e Elton Welter.

EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 06 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A redação do artigo 14, do Capítulo VI - Do Enquadramento Salarial e Funcional, do substitutivo geral do Projeto de Lei nº 828/07, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 14. O enquadramento do servidor, no nível e referências descritos no Anexo I, dar-se-á nos níveis e referências, conforme valor salarial básico atualmente recebido e será procedido mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Elton Welter e Rosane Ferreira.

EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 07 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A redação do parágrafo único, contido no artigo 2º do substitutivo geral do Projeto de Lei nº 828/07, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º.

I.

II.

III.

Parágrafo Único. “Integram também na estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, os cargos de provimento em comissão, conforme Anexo II”.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira e Elton Welter.

EMENDA CORRETIVA DE Nº 08 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

Fica alterada a redação do artigo 27 substitutivo geral do Projeto de Lei nº 828/07, com a seguinte correção:

“Art. 27. Fica assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de Técnico de Controle, portadores de diploma de curso superior em área afim, que venham a exercer ou

exercçam atividades exclusivamente no Tribunal de Contas do Paraná, nas áreas de Controle Externo ou de Apoio Administrativo, o pagamento da verba de representação em até 50% (cinquenta por cento) do percentual efetivamente pago da verba de representação, estabelecida no artigo 32 desta lei, para o cargo de Analista de Controle”.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e Elton Welter.

EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO DE Nº 09 AO
SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente emenda visa alterar a redação do parágrafo 2º do artigo 15 do substitutivo geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme segue:

“Art. 15. ...

§ 2º Os servidores que na data do enquadramento contarem com tempo de serviço acima do tempo exigido para o nível e referência em que se encontrarem, serão enquadrados no nível e na referência correspondente ao tempo de serviço prestado ao Tribunal de Contas na carreira ocupada na data de publicação desta lei.”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) ADEMAR TRAIANO, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, ANTONIO BELINATI, PASTOR EDSON PRACZYK E VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva adequar e corrigir falhas no substitutivo geral do Projeto de Lei nº 828/07 que não respeita o tempo de serviço dos servidores com mais de 21 anos de carreira e para manter a coerência com o próprio *caput* do mesmo artigo 15 do referido projeto. Se mantida fosse a redação proposta os servidores que já estão em vias de se aposentar com 30, 35 anos de carreira, não teriam mais tempo de alcançar o último nível da respectiva carreira, ou teriam que trabalhar ainda mais 14 anos.

EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO DE Nº 10 AO
SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente emenda modificativa tem por objetivo alterar a redação do artigo 17 e respectivo parágrafo único, do substitutivo geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme segue:

“Art. 17. Para que o servidor progrida de um nível para outro é necessário que atinja a média mínima na avaliação de desempenho estabelecida, mediante resolução específica, pela Comissão de Avaliação e Desempenho.

Parágrafo Único. A avaliação de desempenho não poderá impedir a promoção por antigüidade.

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) ADEMAR TRAIANO, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, PASTOR EDSON PRACZYK, ELIO RUSCH E VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta visa adequar a regra de promoção por antigüidade às regras da Constituição Estadual, visto que a única exigência para a progressão por antigüidade deve ser tempo de serviço, conforme artigo 34, inciso XX da carta Magna do Estado. Também com a presente emenda se corrige erro de referência da redação original posto que inexistente o Anexo III no substitutivo.

EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO Nº 11 AO
SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente emenda modificativa ao substitutivo geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 828/07, tem por objetivo alterar o *caput* do seu artigo 27, conforme a seguinte redação:

“Art. 27. Fica assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de Técnico de Controle, portadores de diploma de curso superior, que venham a exercer ou exercam atividades exclusivamente no Tribunal de Contas do Paraná, nas áreas de controle externo ou de apoio administrativo, o pagamento da verba de representação em 50% (cinquenta por cento) do percentual efetivamente pago da verba de representação, estabelecida no artigo 32 desta lei, para os cargos de nível superior.”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) DUÍLIO GENARI, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, PASTOR EDSON PRACZYK e VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

Alterou-se a redação do artigo para adequá-lo à redação do artigo 32 e tornar mais clara e precisa a aplicação da gratificação de verba de representação, sem qualquer subjetividade na aplicação do percentual devido.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 12
AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente emenda aditiva ao substitutivo geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao artigo 30, da redação proposta, conforme segue:

Art. 30. (...)

“Parágrafo Único. Aos inativos que se aposentaram no último nível e classe de técnico de controle administrativo, contábil, econômico, aturial, assessor jurídico e de engenharia e analista de sistemas, com referência (G11), serão reequadrados no último nível, classe (I-11) do novo quadro (Anexos I e IV).”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) DUÍLIO GENARI, ADEMAR TRAIANO, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, PASTOR EDSON PRACZYK, ANTONIO BELINATI E VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é adequar e corrigir distorção ocorrida na redação original do projeto de lei que deixou de observar a condição dos inativos, segundo as referências e níveis nos quais estavam enquadrados e que a eles foi reconhecido como direito líquido e certo, no ato concessório das respectivas aposentadorias, e que não poderá ser modificado, ainda que indiretamente, no quadro e na mesma categoria profissional, para atribuir-lhes referência ou nível inferior, mesmo que deste tratamento não resulte redução de vencimentos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 13 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente emenda modificativa visa alterar a redação do artigo 32 do substitutivo geral da CCJ ao projeto de lei, conforme a seguinte redação:

“Art. 32. O Percentual pago a título de verba de representação, calculado sobre o vencimento básico, reduzido para 75% (setenta e cinco por cento) pela Lei nº 14507, de 1º de outubro de 2004, aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, será recomposto gradativamente por ato do Presidente do Tribunal de Contas ao percentual fixado, no artigo 4º e parágrafo único da Lei nº 9436 de 09/11/90.”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) DUÍLIO GENARI, ADEMAR TRAIANO, MARCELO RANGEL, STEPHANES JÚNIOR, ELIO RUSCH, PASTOR EDSON PRACZYK, ANTONIO BELINATI E VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta à redação do artigo 32 visa corrigir flagrante desequilíbrio de tratamento isonômico entre os servidores ocupante do cargo de Consultor Técnico sem curso superior e demais servidores ocupantes de cargos de nível médio, visto que para aqueles será aplicada a verba de representação mesmo que este não comprove ter concluído o nível superior, bastando para tanto que comprove estar em nível universitário, ou seja, estar cursando nível superior.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 14 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente emenda aditiva e modificativa ao substitutivo geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 828/07, tem por objetivo acrescentar ao seu artigo 14 um novo parágrafo e alterar a redação do seu parágrafo 1º e também modificar a redação do artigo 15, conforme redação que segue:

“Art. 14. O enquadramento do servidor, no nível e referência conforme o Anexo I dar-se-á nos níveis e referências atualmente ocupados e será procedido mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º O enquadramento deverá observar a estrutura dos cargos efetivos constantes do Anexo I.

(...)

§ 3º Na data da publicação desta lei, aos servidores que tenham atingido o último nível/referência do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nos termos da Lei nº 12344, de 26/10/98, fica assegurada, após o enquadramento previsto no *caput* deste artigo e após disponibilidade orçamentária e financeira a progressão de 1 (uma) referência por ano, contada a partir do enquadramento realizado com base na Lei nº 12344, de 26/10/98.

Art. 15. O desenvolvimento do servidor, no respectivo cargo, ocorrerá mediante progressão funcional, através de progressão por antigüidade e progressão por merecimento.

Parágrafo Único. Independente do tempo de serviço na carreira ocupada na data de publicação desta lei, o servidor somente progredirá referência a referência obedecendo ao lapso temporal mínimo de 6 (seis) meses.”

Sala das Sessões, em 12/05/08.

(aa) DUÍLIO GENARI, TADEU VENERI, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo 3º do artigo 14, conforme proposto na presente emenda visa garantir que o enquadramento, tanto para os ativos quanto para os inativos seja feito, com respeito ao último enquadramento da Lei nº 12344/98, dentro das normas da Carta Magna de forma igualitária e isonômica bem como resgatar, a partir da existência de dotação orçamentária e financeira, a progressão funcional dos servidores que ficaram parados no último nível/referência da tabela salarial por mais de 10 anos.

O *caput* do artigo 15 traz como regra para a progressão (regra esta aplicável ao enquadramento) que seja computado o tempo de serviço prestado ao Tribunal na carreira ocupada na data da publicação da lei, desde que respeitado o lapso temporal acumulado mínimo de 07 (sete) anos para cada nível. Contudo, cada nível no quadro de organização da carreira contém 11 referências, o que impossibilitará a aplicação correta da progressão por antigüidade e por merecimento, visto que no parágrafo 1º mesmo artigo está estabelecido que a progressão se dará a cada seis meses, ou seja, passados cinco anos e meio estará esgotada a possibilidade de progressão nos termos do proposto no Substitutivo.

O resultado prático do comentário acima é que:

1) há um aparente desequilíbrio de tratamento isonômico no momento do enquadramento entre os servidores ocupantes do cargo de Consultores Jurídicos e Técnicos e demais servidores ocupantes de cargos de nível superior e médio, visto que para aqueles não se aplicam as regras de pedágio para que ocorra o desenvolvimento na carreira.

2) existe flagrante tratamento diferenciado entre servidores e servidoras, visto que se considerados os 7 anos em cada nível, as servidoras terão que obrigatoriamente cumprir 35 anos de serviços no Tribunal para que possam usufruir o direito constitucional de se aposentar, visto que a Carta Magna traz regras diferenciadas para homens e mulheres, não impedindo que possam se aposentar dentro das regras da Constituição, sem contudo chegar ao último nível da carreira como poderão chegar os servidores, consideradas as regras da lei e da Constituição.

3) ao se tratar sobre regras de enquadramento em capítulo específico sobre progressão funcional, ou seja, diverso daquele em que deveria ser tratado, cria-se uma grande possibilidade de discussão judicial em relação aos aposentados e aos pensionistas, visto que por força de norma constitucional é obrigatória a aplicação da mesma regra de enquadramento a todos os servidores ativos e inativos. Desta forma a correta técnica legislativa inviabiliza que os aposentados e pensionistas sejam alijados de seu direito constitucional.

Assim o capítulo que trata de enquadramento (Capítulo VI do substitutivo geral) deve tratar somente sobre regras de enquadramento e o capítulo que trata de progressão funcional (Capítulo VII do substitutivo geral) deve tratar somente sobre regras de progressão.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 808/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina de Afonso Celso Domingues Cid, o viaduto da avenida Rocha Pombo, que transpõe a rodovia PR-467, que liga os municípios de Cascavel e Toledo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/08, de 13/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 808/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, denomina de Afonso Celso Domingues Cid, o viaduto da avenida Rocha Pombo, que transpõe a rodovia PR-467, que liga os municípios de Cascavel e Toledo.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Encontra-se apensado ao presente parecer, resposta de diligência ao DER informando que o viaduto em questão não possui denominação.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 808/07

P A R E C E R :

Considerações

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Nelson Justus, tem como objetivo principal denominar de Afonso Celso Domingues Cid, o viaduto da avenida Rocha Pombo, que transpõe a rodovia PR-467, que liga os municípios de Cascavel e Toledo.

Afonso Celso Domingues Cid, foi advogado, natural de São Paulo/SP. Nascido em 14/03/62, foi residir com seus pais, (pioneiros Antonio Cid e dona Lycinia Augusta) em Cascavel onde residiu até 11/04/03, quando faleceu com 41 anos de idade.

Por ser uma denominação onde não haverá qualquer ônus para o estado e para o erário, não há qualquer necessidade de haver uma planilha de custos.

Assim sendo, somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Nelson Justus.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 816/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que inclui na malha rodoviária estadual trecho de estrada municipal ligando Toledo ao município de Cafelândia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/07, de 19/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 816/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, inclui na malha rodoviária estadual trecho de estrada municipal ligando Toledo ao município de Cafelândia.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Com agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma de lei, as funções da fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

E ainda em seu artigo 25 e parágrafo 1º, diz:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

Parágrafo 1º - São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas por esta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 10/12/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 816/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Duílio Genari, que inclui na malha rodoviária estadual o trecho de estrada municipal ligando Toledo ao município de Cafelândia.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas e Transportes, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo atender uma antiga reivindicação da população que trabalha com a terra, assim solucionando o problema do escoamento da produção agropecuária da região.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 816/07.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 860/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo Estadual estadualizar o trecho de estrada que liga a PR-090 à PR-218 no município de São Sebastião da Amoreira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 162/07, de 12/12/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 860/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo Estadual estadualizar o trecho de estrada que liga a PR-090 à PR-218 no município de São Sebastião da Amoreira.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 24. Como agente normativo, e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma de lei, as funções da fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

E ainda em seu artigo 25 e parágrafo 1º, diz:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

Parágrafo 1º - São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas por esta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 20/02/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 860/07

P A R E C E R :

Considerações

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Nelson Justus, tem como objetivo principal autorizar o Poder Executivo Estadual a estadualizar o trecho da estrada que liga a PR-090 à PR-218 no município de São Sebastião da Amoreira.

A extensão a ser estadualizada compreende aproximadamente 3.000 (três mil) metros que invariavelmente estão em péssimo estado de conservação e sem nenhuma sinalização.

Apesar de não fazer parte do projeto, o plano de aplicação, há necessidade de se estadualizar esse trecho já que o município não reúne condições de fazê-lo e a rodovia se encontra em péssimo estado de conservação e com sinalização totalmente prejudicada, colocando em risco de morte os usuários da mesma rodovia.

Assim sendo, somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Nelson Justus.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Em votação. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Esta Mesa talvez não possa dirimir uma dúvida que tenho, mas na CCJ temos tido o cuidado de dar um parecer contrário a todos os processos autorizatórios, por entender que autorizamos, o Governador veta e depois nós mantemos o veto. Então, só gostaria de saber se essa data de 06 de maio de 2008, da sala das comissões, o parecer dele é de qual data Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Tadeu, respondo a questão de ordem de V. Exa. No dia 26 de fevereiro de 2008 foi dado o parecer favorável pela CCJ.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Ok! Antes da CCJ agir dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

Está em votação. **Aprovado.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente - Lar Turminha de Jesus, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/08, de 06/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 070/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente - Lar Turminha de Jesus, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/08, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/08, de 18/03/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 096/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

A propositura que ora se analisa busca efetivar cessão de uso de bem público à APAE de Foz do Iguaçu.

Fundamentação

Como aspecto inicial, necessário que se analise sobre a legitimidade para iniciar o processo legislativo no caso presente. Para tanto, consulta-se diretamente a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Assim, de plano denota-se que a legitimidade está aferida, dando azo porquanto ao prosseguimento da análise.

Neste passo, cumpre que se discuta sobre os requisitos constitucionais para a efetivação dessa cessão. O artigo 10 da Constituição do Paraná é clara ao dispor que:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Pois bem, a entidade APAE, consoante informação acostada ao projeto, foi declarada de utilidade pública, pela Lei Estadual 11156/95, atendendo por decorrência, uma das possibilidades para a cessão, disposto no artigo retrotranscrito.

Assim, cumpridas as disposições constitucionais, nada há que possa obstar a aprovação do presente projeto.

Em razão do exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 15/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 096/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel no município de Foz do Iguaçu.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas e Transportes, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo atender cerca de 500 alunos excepcionais, com programas de educação infantil, ensino fundamental e educação profissional, promovendo assistência a partir do nascimento até as pessoas de terceira idade.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 096/08.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
Apoioamento:

Elio Rusch, Edson Strapasson, Francisco Bühler, Douglas Fabrício e Ribas Carli Filho.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO Nº 035/08

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2008, regulamentadas pela Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o parecer favorável.

Assim sendo, entende este Relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1081 e 1082, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1085, de autoria do Deputado Francisco Bühler, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1087 a 1103, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1104, de autoria do Deputado Ademar Traiano e Antonio Anibelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1105, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1112 e 1113, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1106 a 1111, 1114 a 1143, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1144, de autoria do Deputado Marcelo Rangel e Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1147, de autoria do Deputado Ney Leprevost e Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1150, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1151 a 1153, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1154, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1155, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1157, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1083, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**EM VOTAÇÃO:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 828/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 141 e 149/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 808, 816, 860/07, 070, 096/08; e
do Projeto de Resolução nº 008/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 843/07 e 043/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Assuntos Metropolitanos**COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Assuntos Metropolitanos, sob a presidência do Deputado Osmar Bertoldi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando a Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 035/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Relator Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Jéssica Pâmela Oliveira Barbosa, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais. Sendo o que se apresenta, agradecemos pela atenção.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente
Jéssica Pâmela Oliveira Barbosa - Secretária**Defesa do Consumidor**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Dando início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 073/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 668/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Eduardo Cheida - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar

e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
Carlos Eduardo Carazzai - Secretário**Constituição e Justiça**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli. Passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 115/08 e o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 134/08. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 01) Projeto de Lei nº 115/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura à emenda de Plenário na forma da subemenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 134/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 14807/05. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana à emenda de Plenário, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 090/08, 100/08 e 137/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 090/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO, com voto favorável dos Deputados Reni Pereira, Douglas Fabrício, Duílio Genari e Valdir Rossoni, com CONTRÁRIO dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri; 04) Projeto de Lei nº 100/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 137/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Reni Pereira SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária